



Resumo
executivo

Impulsionando o crescimento em um mundo em transformação

Inovação, integração e formalização
para a América Latina e o Caribe



BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE



América
Latina e
Caribe

Cada caminho
uma oportunidade



Impulsionando o crescimento em um mundo em transformação

Inovação, integração e formalização
para a América Latina e o Caribe

Título

**Impulsionando o crescimento em um mundo em transformação
Inovação, integração e formalização para a América Latina e o Caribe
Resumo executivo**

Depósito Legal: DC2025002019

ISBN: 978-980-422-343-3

Edição

CAF -banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe-
Este documento foi publicado sob a Presidência Executiva
de Sergio Díaz Granados e a Vice-Presidência Executiva
de Programação Estratégica de Christian Asinelli.

Gerente de Conhecimento

Verónica Frisancho

Diretora de Pesquisa Socioeconômica

Verónica Amarante

Gestão editorial

Departamento de Comunicação Estratégica da CAF

Design gráfico

Good, Creatividad para el Desarrollo / Bogotá

Impressão sustentável em papel ecológico fabricado na região, 0% produtos químicos
de branqueamento, com matérias-primas recicladas que provém de florestas onde são
respeitados princípios universais do FSC®.

Esta e outras publicações digitais estão disponíveis em scioteca.caf.com

© CAF -banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe- 2026

As ideias e abordagens contidas nesta edição são de responsabilidade exclusiva de
seus autores e não comprometem a posição oficial da CAF. Os termos utilizados e a
apresentação dos dados não implicam a expressão de qualquer posição por parte do
CAF em relação ao estatuto jurídico de países, territórios, cidades ou regiões ou de suas
autoridades, fronteiras ou limites.

Acesso aberto sob a licença Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivar
4.0 Internacional CC-BY-NC-ND 4.0). Para visualizar uma cópia desta licença, acesse
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



Agradecimentos

O relatório Impulsionando o crescimento em um mundo em transformação foi elaborado pela Gerência de Conhecimento do CAF — banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe —. A edição e a coordenação geral ficaram a cargo de Fernando Álvarez e Federico Juncosa, com apoio na coordenação e na gestão de Carla Calá. O relatório foi desenvolvido sob a supervisão de Verónica Amarante, Diretora de Pesquisas Socioeconômicas, e de Verónica Frisancho, Gerente de Conhecimento.

Os capítulos foram elaborados pelos seguintes autores:

Capítulo 1: Fernando Álvarez e Federico Juncosa

Capítulo 2: Pablo Brassiolo e Ricardo Estrada

Capítulo 3: Fernando Álvarez e Manuel Toledo

Capítulo 4: Federico Juncosa, Lian Allub e Walter Cont

Capítulo 5: Guillermo Cabral, Roberto Ferrer e Paola Valer

Capítulo 6: Verónica Frisancho e Martín Finkelstein

A equipe de assistentes de pesquisa foi composta por Carla Calá, Pablo Fernández, Jesús Martínez, Valentín Corradi e Lorena Cuenca. Tara Sullivan realizou a revisão editorial e a correção de estilo em inglês. Isolda Rodríguez Villegas foi responsável pelas traduções do relatório para o espanhol e o português.

Os editores agradecem especialmente a Felipe Commentz por sua contribuição para a conceitualização do relatório e pelo aporte de sua visão estratégica ao longo de sua elaboração. Agradecem também a José Juan Ruiz e Alejandro Werner pela leitura integral do rascunho e pelos comentários substantivos, que contribuíram para aprimorar o conteúdo do relatório.

O relatório também foi enriquecido pela leitura de versões preliminares dos capítulos e pelos valiosos comentários de Augusto de la Torre, Hernán Ruffo, Andrés López, Marcel Vaillant, Ernesto Stein e Germán Ríos, bem como dos seguintes membros da equipe de pesquisa e funcionários da CAF que participaram do workshop de discussão do relatório: Guillermo Alves, Pablo Brassiolo, Florencia Buccari, Belén Cañuelo, Dolores de la Mata, Ricardo Estrada, Gustavo Fajardo, Juan Odriozola, Tatiana Rosa e Carlos Mesa.

Índice

7	O problema do desenvolvimento na América Latina e no Caribe	Uma necessidade urgente de crescimento sólido	8
		Fontes de crescimento do PIB	9
14	Três fatores associados ao atraso na renda da região	Informalidade: um obstáculo generalizado à produtividade e à inclusão	14
		Inovação: bases frágeis, resultados insatisfatórios	19
		Integração: superficial, distante e pouco diversificada	22
27	Oportunidades estratégicas em um mundo em constante mudança	Setores estratégicos	29
		Uma aliança mutuamente benéfica entre a ALC e a UE	31

39	Pilares da política para uma transformação produtiva	Menos informalidade	40
		Políticas para incentivar a formalização Políticas ativas para o mercado de trabalho e a qualificação profissional Políticas setoriais e o futuro do emprego	
		Inovação mais inteligente	44
		Iniciativas de apoio financeiro às empresas Iniciativas para o desenvolvimento de capacidades de inovação Iniciativas para o intercâmbio de conhecimento e cocriação Ações para os principais facilitadores da inovação	
		Melhor integração	49
		Tarifas Medidas não tarifárias e facilitação do comércio Custos de transporte Promoção das exportações e oportunidades setoriais para a integração	
54	Fatores facilitadores	O Estado: de pedágio a facilitador estratégico	54
		Financiamento do desenvolvimento sob pressões fiscais	57
		Alcançar o consenso: superando desafios de implementação	60
62	Referências		

O problema do desenvolvimento na América Latina e no Caribe

A América Latina e o Caribe (ALC) são caracterizados por um desenvolvimento incompleto. A região alcançou progressos significativos em áreas como consolidação democrática, estabilidade macroeconômica, redução da pobreza e expansão da proteção social. No entanto, em comparação com economias mais avançadas, persistem desigualdades de desenvolvimento substanciais.

A expressão mais crítica desse subdesenvolvimento é a desigualdade grande e persistente na renda per capita em relação ao mundo desenvolvido. Por isso, o relatório coloca o crescimento econômico no centro da agenda de desenvolvimento. Essa ênfase não se opõe a outras prioridades de desenvolvimento — pelo contrário, baseia-se nas profundas ligações entre crescimento, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Remover as barreiras ao crescimento é uma condição prévia essencial para desbloquear o desenvolvimento sustentável.

Para examinar esse desafio, este Resumo Executivo está estruturado em cinco seções. A primeira estabelece que o crescimento historicamente limitado da região resulta, em parte, da acumulação insuficiente de capital físico e humano, mas fundamentalmente da estagnação crônica da produtividade.

A segunda seção relaciona o déficit de crescimento da região a três obstáculos estruturais críticos: alto nível de informalidade, baixo nível de inovação e integração internacional limitada.

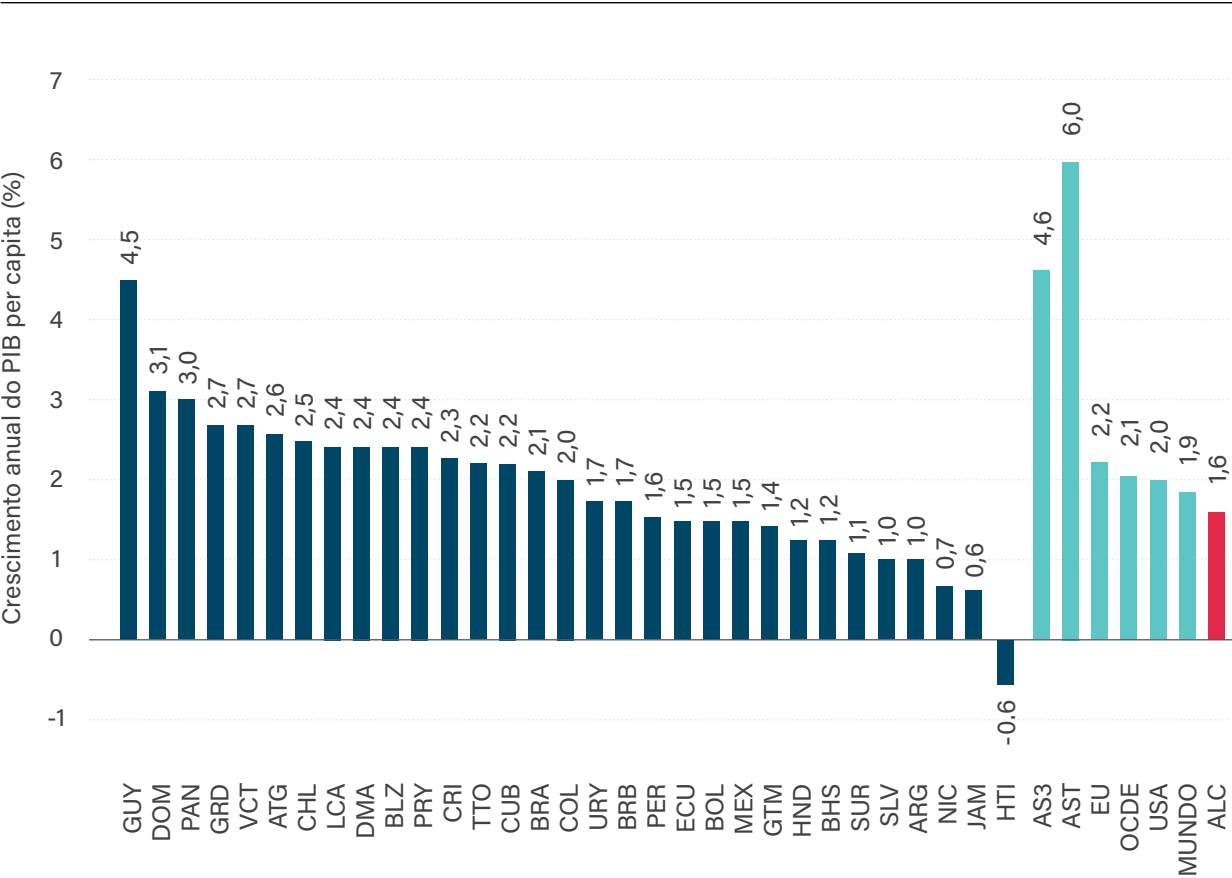
A terceira olha para o futuro, identificando oportunidades estratégicas em um contexto global desafiador. Atualmente, a riqueza natural da região converge com a digitalização e a transição verde, abrindo caminhos para setores como a agricultura modernizada e a mineração sustentável. Além de capturar oportunidades nesses setores, o desenvolvimento pleno requer o aproveitamento das capacidades existentes para impulsionar a diversificação e o desenvolvimento de um setor de serviços robusto que desempenhará um papel central como fornecedor de insumos e empregos essenciais. Ao mesmo tempo, o cenário geopolítico destaca o valor das parcerias estratégicas, principalmente com a União Europeia (UE), para acessar mercados, financiamento e conhecimento.

Para aproveitar essas oportunidades e fomentar o crescimento baseado na produtividade, a quarta seção descreve uma agenda política voltada especificamente para a redução da informalidade, o fomento à inovação e o aprofundamento da integração internacional. Por fim, a quinta aborda as bases necessárias para o sucesso de qualquer estratégia: um Estado ágil, finanças públicas sólidas e consenso social para garantir a viabilidade das reformas.

Uma necessidade urgente de crescimento sólido

Desde 1960, a taxa média anual de crescimento do PIB per capita da ALC tem sido de apenas 1,6%, ficando atrás da média mundial (1,9%), dos países membros da UE (2,2%), dos Estados Unidos (2%) e dos Tigres Asiáticos (6%) (Gráfico 1).¹ Apenas 12 dos 31 países da ALC cresceram mais rápido do que a média da UE, e apenas cinco a superaram em mais de meio ponto percentual — uma diferença tão pequena que,

Gráfico 1
Um histórico de crescimento econômico lento



Nota: As barras mostram a taxa geométrica média de crescimento do PIB per capita no período de 1960 a 2024. AS3 inclui os países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), além de China, Japão e Coreia do Sul.
Fonte: Os autores com base no Banco Mundial (2025).

1. Dentro da região, há exemplos de relativo sucesso. Por exemplo, o Panamá e a República Dominicana tinham rendas per capita equivalentes a apenas 26% e 16% dos Estados Unidos em 1990, respectivamente. Em 2023, esses números subiram para 49% e 31%.

nesse ritmo, a disparidade de renda per capita em relação à EU levaria dois séculos para desaparecer. Atualmente, o PIB per capita da região é de apenas um terço da média da OCDE e cerca de um quarto do nível dos Estados Unidos.

A região deve buscar não apenas a convergência com os níveis de renda das economias desenvolvidas, mas também erradicar as disparidades internas subnacionais. A ALC apresenta desigualdades territoriais profundas que se refletem em grandes disparidades de renda entre os principais centros urbanos e as áreas periféricas (Alves, 2021). Essas divisões territoriais não são apenas uma questão de equidade — elas constituem uma barreira estrutural ao crescimento. A baixa produtividade em territórios mais atrasados impede que os talentos locais alcancem seu potencial máximo, enquanto empresas isoladas lutam para alcançar economias de escala ou se beneficiar da dinâmica de aglomeração. Da mesma forma, indivíduos em áreas remotas enfrentam oportunidades limitadas para acumular capital humano.²

Essa desigualdade interna aponta para profundas barreiras estruturais que exigem uma estratégia localizada focada em desbloquear o potencial de cada região por meio de investimentos estratégicos em três

Fontes de crescimento do PIB

O crescimento econômico depende de duas forças: por um lado, da acumulação de capital físico e humano de alta qualidade e, por outro, da melhoria contínua da eficiência com que estes ativos são utilizados.

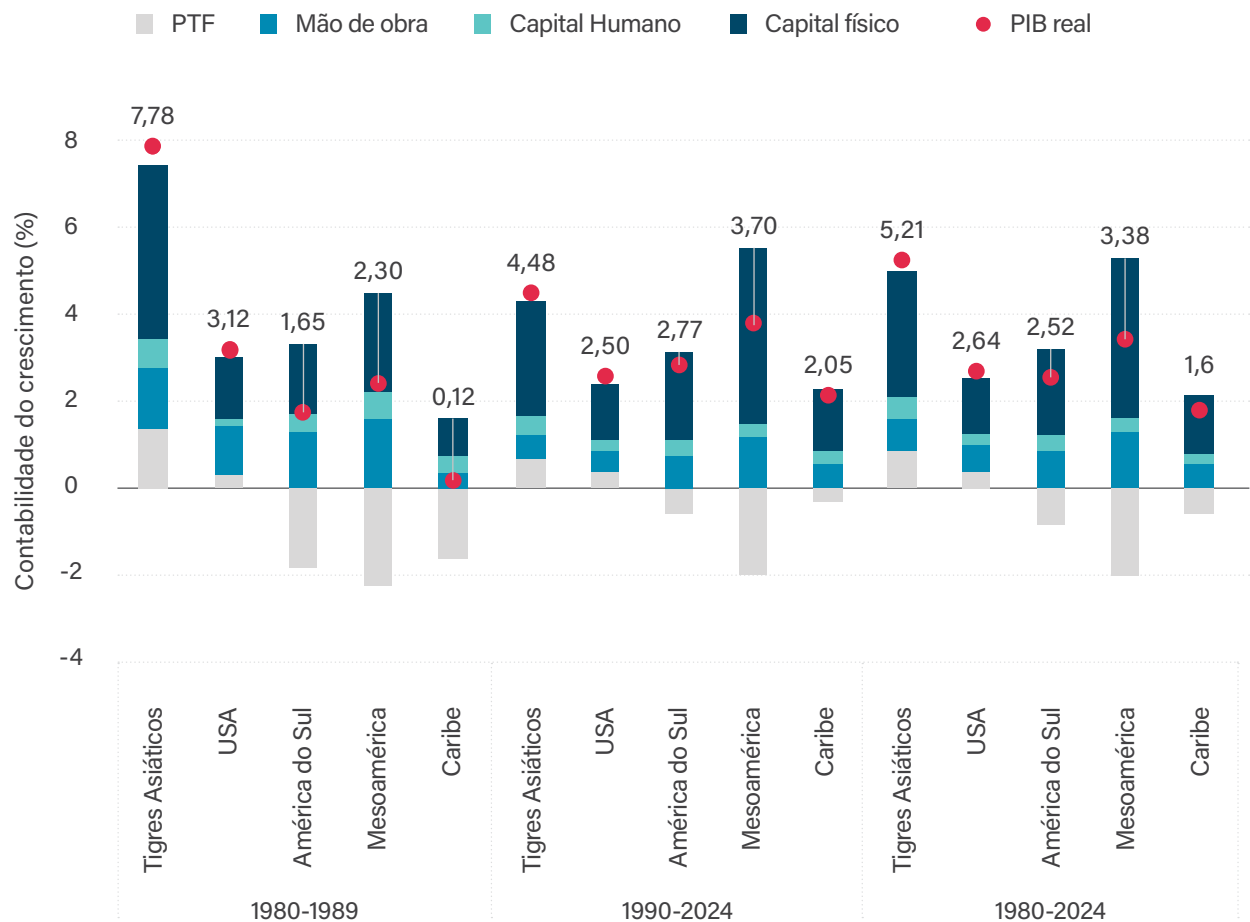
Nas últimas décadas, o crescimento na ALC foi impulsionado pela acumulação de fatores, sem contribuição da produtividade total dos fatores (PTF).³ Em contrapartida, em países que reduziram a defasagem do PIB per capita em relação ao mundo desenvolvido, como os Tigres Asiáticos, a acumulação de fatores e o intenso crescimento da PTF impulsionaram o crescimento (Gráfico 2).

Atualmente, os níveis de PTF na América do Sul e na Mesoamérica estão abaixo de 60% do nível dos Estados Unidos (EUA) e em torno de 50% no Caribe, enquanto os Tigres Asiáticos se aproximam de 80%.

2. Conforme constatado por de la Mata et al. (2022), filhos de pais sem ensino médio são 20 pontos percentuais mais propensos a concluir os estudos se residirem em uma área urbana em comparação com uma área rural. As disparidades territoriais não são apenas um retrato do subdesenvolvimento, mas um mecanismo poderoso para sua perpetuação.

3. Conceitualmente, a produtividade agregada é uma medida de quão eficientemente as economias empregam seus fatores de produção. Ela depende, por um lado, da eficiência de todas as empresas que compõem a economia e, por outro, de como esses fatores são alocados entre elas. Nos exercícios de contabilidade do crescimento e do desenvolvimento, a produtividade total dos fatores (PTF) é calculada como um resíduo. Portanto tal, é inevitável que essa medida capte não só a eficiência produtiva e de alocação, mas também outros fatores, a exemplo de erros de medição ou utilização da capacidade. No entanto, existe um amplo consenso de que a produtividade desempenha um papel fundamental na explicação das diferenças de crescimento e dos níveis de renda entre os países.

Gráfico 2
Contabilidade do crescimento por região (1980-2024)



Nota: Os valores apresentados para cada período representam médias simples ao longo dos anos. Os números relativos aos Tigres Asiáticos e ao sub-regiões ALC também são médias simples dos países incluídos em cada grupo. O grupo dos Tigres Asiáticos é composto pela Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura. A América do Sul inclui Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A Mesoamérica compreende Costa Rica, Guatemala e México. O Caribe inclui República Dominicana, Jamaica e Trinidad e Tobago. Os componentes da contabilidade do crescimento correspondem às seguintes variáveis nas bases de dados subjacentes: capital humano refere-se à contribuição da qualidade da mão de obra para o crescimento real do PIB; capital físico, à contribuição dos serviços de capital total para o crescimento real do PIB; mão de obra, à contribuição da quantidade de mão de obra para o crescimento real do PIB; e PTF, ao crescimento da produtividade total dos fatores. O crescimento real do PIB é medido como o crescimento do PIB real.

Fonte: Os autores com base no The Conference Board (2024).

Um argumento comum atribui o atraso na produtividade da região a uma estrutura econômica concentrada em setores de baixa produtividade. No entanto, a produtividade é baixa em quase todas as áreas. Com efeito, o valor agregado por trabalhador é baixo no comércio (34% do nível dos EUA) e na agricultura (30%), que são os dois maiores empregadores (23% e 15% do emprego regional, respectivamente). No entanto, o valor agregado por trabalhador é igualmente baixo em outros setores: abaixo de 40% do nível dos EUA em serviços essenciais — como finanças, transporte e serviços empresariais — e na mineração, e abaixo de 20% na indústria manufatureira. O principal desafio é, portanto, aumentar a produtividade em todas as áreas.

O fato de o crescimento regional ter sido impulsionado pela acumulação de capital físico e humano não implica a ausência de desigualdades nesses insumos. Pelo contrário, neste aspecto, a ALC também apresenta fragilidades estruturais que devem ser abordadas.

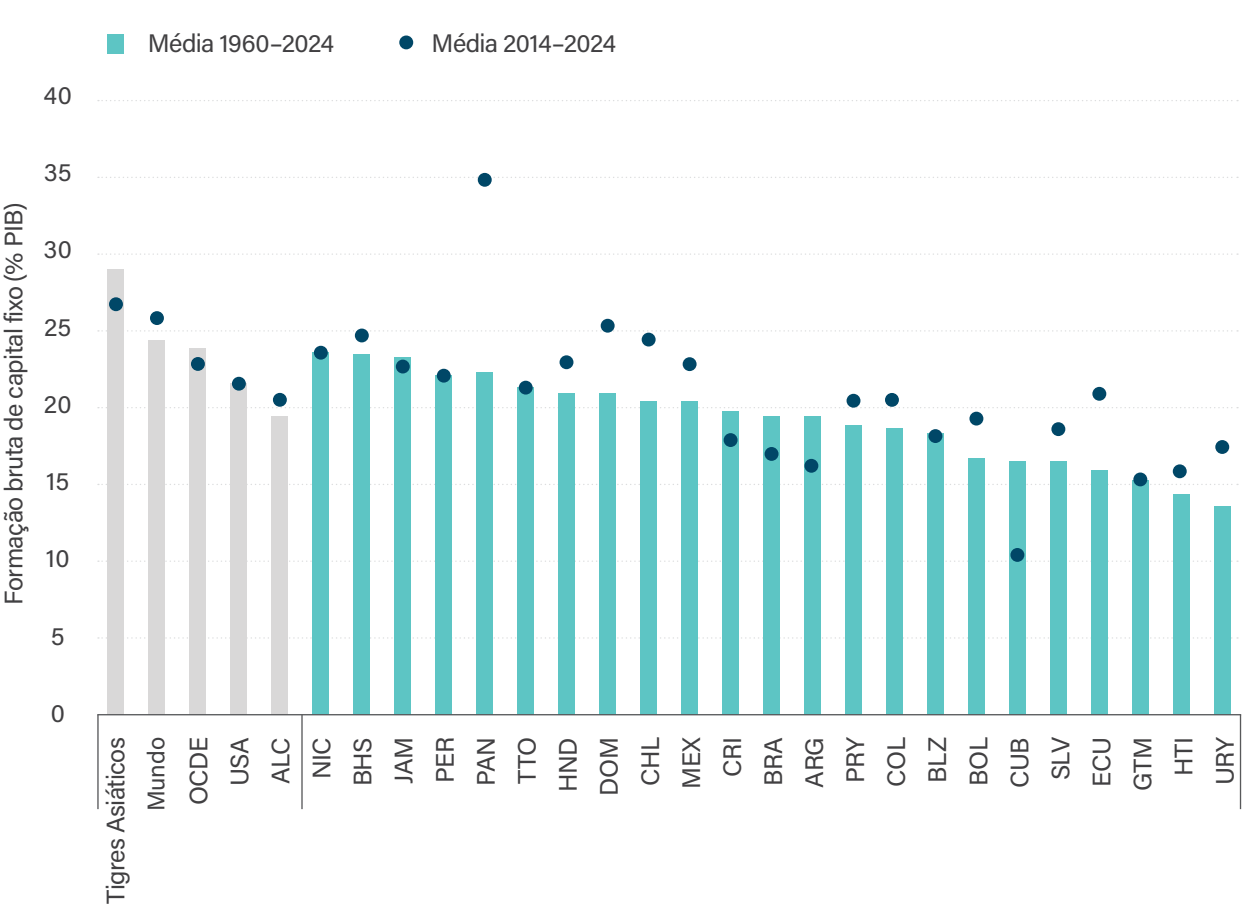
A formação bruta de capital fixo como porcentagem do PIB tem ficado consistentemente abaixo das médias globais, dos países desenvolvidos e dos países em rápido crescimento, como os Tigres Asiáticos (Gráfico 3). Isso se traduz diretamente em uma redução do acervo de máquinas, tecnologia e infraestrutura por trabalhador, limitando a produtividade e a competitividade global. Atualmente, o capital por trabalhador na América do Sul, Mesoamérica e Caribe representa 0,3%, 0,3% e 0,5% do nível dos Estados Unidos. Sem um aumento significativo dos investimentos públicos e privados, as desigualdades em equipamentos e infraestrutura continuarão restringindo o crescimento.

O capital humano apresenta deficiências semelhantes. Embora a ALC tenha alcançado a matrícula universal nos ensinos fundamental e médio, ainda persistem desafios críticos. O ensino médio é afetado por baixas taxas de matrícula e altas taxas de evasão, enquanto o acesso ao ensino superior e à formação técnica continua limitado. Isso se traduz em um menor nível de escolaridade: a média de anos na região é inferior a 10, em comparação com mais de 12 na OCDE e quase 14 nos Estados Unidos (Gráfico 4, Painel A).

Além disso, a região apresenta graves déficits na qualidade da educação, evidenciados pela grande proporção de alunos sem competências cognitivas básicas nas avaliações do PISA. Embora esses déficits sejam substanciais em todos os grupos socioeconômicos, eles apresentam um claro gradiente socioeconômico. No Brasil, por exemplo, a proporção de alunos que não atingem a proficiência básica em matemática é de cerca de 50% entre o quartil mais rico e chega a quase 90% no mais pobre. Essa diferença de qualidade gritante entre os grupos socioeconômicos perpetua as desigualdades intergeracionais (Gráfico 4, Painel B).

A região também enfrenta uma escassez crítica de habilidades digitais necessárias para a inovação e a transformação digital. Menos de 20% dos graduados do ensino superior se especializam em áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática, sigla em inglês), contra quase 30% no Leste Asiático e no Pacífico ou

Gráfico 3
Formação bruta de capital fixo (% do PIB)



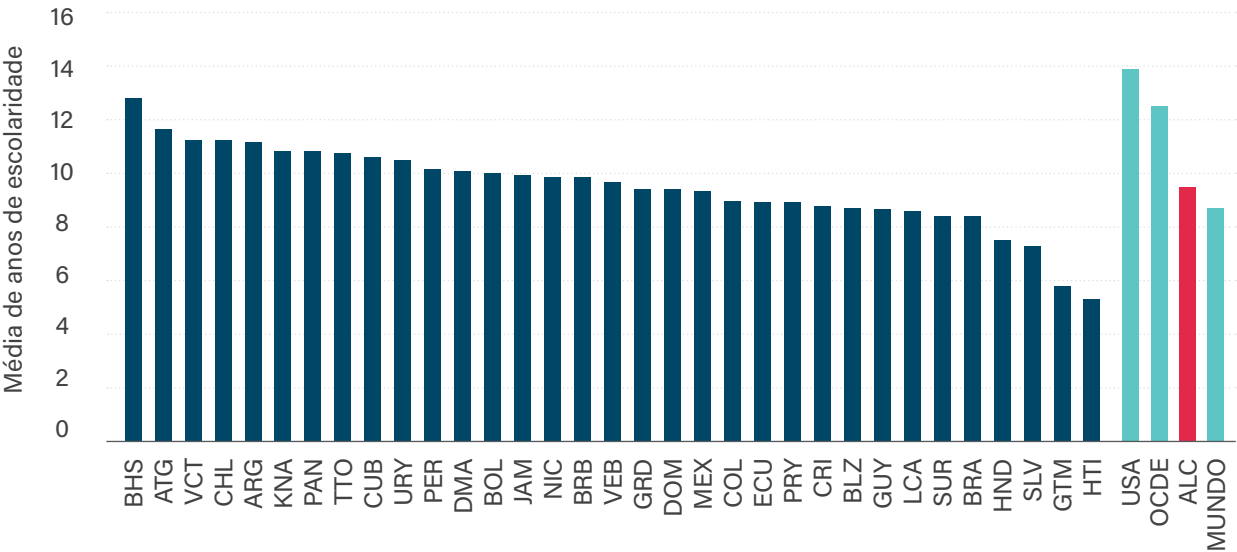
Nota: A formação bruta de capital fixo refere-se às aquisições menos as alienações de ativos fixos durante o período contábil, incluindo despesas específicas com serviços que aumentam o valor dos ativos não produzidos. O indicador é expresso como uma porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB), definido como a renda total gerada pela produção de bens e serviços dentro de um território econômico durante um período contábil. A região da OCDE exclui todos os países da América Latina.

Fonte: Os autores com base no Banco Mundial (2024b).

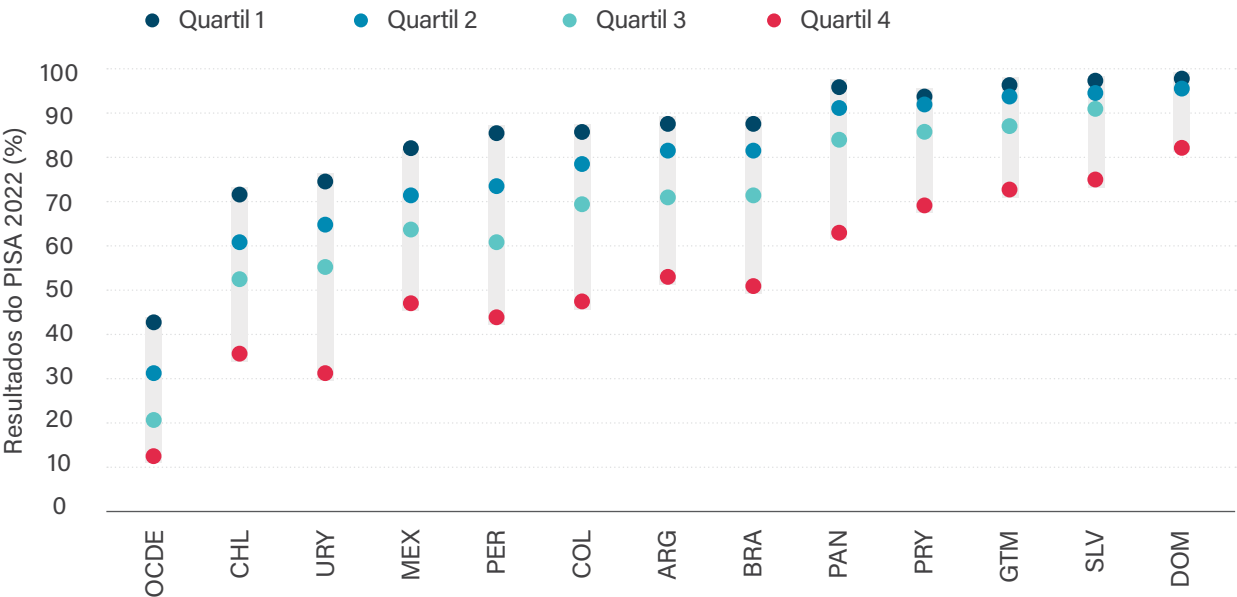
Gráfico 4

Duas dimensões do capital humano: anos de escolaridade e notas no PISA por país

Painel A. Média de anos de escolaridade por país



Painel B. Qualidade da educação: resultados dos testes PISA 222 por nível socioeconômico



Nota: O painel A apresenta o número médio de anos que os adultos de um país passaram na educação formal. Os números da OCDE excluem os países da América Latina e do Caribe. O painel B mostra a porcentagem de alunos que não atingem um nível mínimo de desempenho em matemática nos testes PISA 2022, por nível socioeconômico (quartil do índice de status socioeconômico ESCS). O índice ESCS (status econômico, social e cultural, sigla em inglês) é derivado das respostas dos alunos sobre os bens domésticos e a educação e ocupação de seus pais.

Fonte: Os autores com base na OCDE (2023) e no PNUD (2025).

no Oriente Médio e no Norte da África (OMPI, 2024). Da mesma forma, os dados do PIAAC (Programa para a Avaliação Internacional de Competências de Adultos, sigla em inglês) indicam uma escassez de habilidades digitais entre os trabalhadores assalariados nos países da região e déficits ainda mais acentuados entre os trabalhadores informais (OCDE, 2021).

O diagnóstico transmite uma mensagem clara: o crescimento sustentado requer a melhoria tanto da quantidade quanto da qualidade do capital físico e humano, mas isso por si só é insuficiente. As diferenças de produtividade explicam a maior parte das diferenças de renda entre os países (Hsieh Klenow, 2010).

Além disso, a acumulação de fatores e o crescimento da produtividade reforçam-se mutuamente. O investimento é um facilitador fundamental do crescimento da produtividade total dos fatores (PTF), à medida que as economias incorporam os avanços tecnológicos adotados em novos bens de capital e maquinário. Por sua vez, uma maior produtividade aumenta o retorno sobre o investimento, incentivando as empresas a acumular mais capital físico. A mesma lógica se aplica ao capital humano: uma força de trabalho mais qualificada facilita o crescimento da inovação e da produtividade, enquanto uma maior produtividade eleva o retorno sobre a capacitação profissional. Acionar esse ciclo virtuoso é essencial para alcançar um desenvolvimento sustentável.

Três fatores associados ao atraso na renda da região

Embora as causas fundamentais da baixa produtividade e do baixo crescimento da região sejam profundas e múltiplas, três fenômenos são particularmente relevantes para compreender essa dinâmica na ALC: alto nível de informalidade, baixa inovação e integração internacional limitada. Abordar essas manifestações imediatas fornece a base para uma agenda de políticas viável.

Informalidade: um obstáculo generalizado à produtividade e à inclusão

A informalidade é uma característica estrutural e definidora da ALC que pesa fortemente sobre o crescimento. Ela se refere ao grau em que as atividades econômicas cumprem as regulações estabelecidas pelos governos. Ao operar informalmente, trabalhadores e empresas evitam impostos e outros custos regulatórios. No entanto, a informalidade tem um impacto grande e generalizado sobre o crescimento da produtividade agregada e da desigualdade.

A informalidade manifesta-se em duas vertentes. Em primeiro lugar, as unidades econômicas (empregadores ou trabalhadores autônomos) podem operar inteiramente sem registro. Dados comparáveis sobre a proporção de empresas com registro formal são escassos, mas dados do México mostram que mais de 90% das organizações

com cinco ou menos trabalhadores não estão registradas, número que é de mais de 70% nas com seis a dez funcionários. As taxas diminuem para empresas maiores, mas continuam substanciais. Os padrões são consistentes em toda a região: na Colômbia, 82% das empresas não estavam registradas na câmara de comércio correspondente em 2022; no Peru, 84,8% das micro e pequenas empresas (MPEs) não possuem um cadastro nacional de contribuintes; e na República Dominicana, cerca de 85% das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) não estão registradas.

Em segundo lugar, o fato de uma unidade econômica estar registrada não garante que ela cumpra as regulações, incluindo o registro de seus funcionários. A informalidade no trabalho é um dos indicadores mais comumente usados e comparáveis entre os países, capturando a parcela da força de trabalho (assalariados e autônomos) sem cobertura previdenciária, independentemente do status legal do empregador. Em média, a informalidade no trabalho na ALC é de 55%, em comparação com 3% na OCDE.⁴

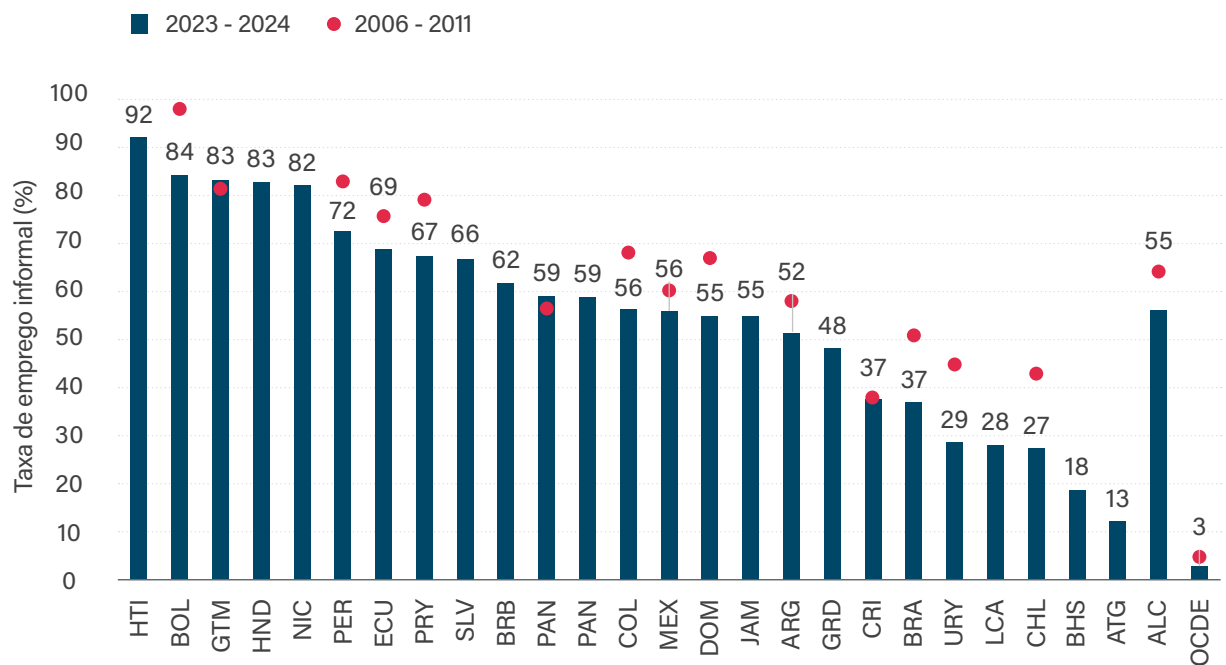
Essa média esconde uma grande heterogeneidade: Haiti (92%), Bolívia (84%) e Guatemala (83%) estão em um extremo, enquanto Antígua e Barbuda (13%) e Bahamas (18%) no Caribe e Chile (27%) e Uruguai (29%) na América do Sul estão no outro (Gráfico 5). De todo modo, essa informalidade na ALC é tipicamente mais alta do que em países com níveis de renda semelhantes em outras regiões; isso é conhecido como “excesso de informalidade”. Embora a maioria dos países tenha reduzido a informalidade durante a década de 2000, esse progresso estagnou desde então, ressaltando sua natureza estrutural.

A prevalência da atividade autônoma é um forte reflexo da informalidade: o autoemprego representa uma média de 39% dos postos de trabalho, variando de 22% em Barbados a 66% na Bolívia. Para a maioria, a atuação informal não é uma escolha empreendedora, mas um meio de subsistência.⁵

4. A parcela do trabalho informal atribuível a empresas formalmente registradas é considerável, representando 56% no México, pelo menos 40% no Brasil e 32% no Peru (Samaniego de la Parra e Bujanda, 2024; Ulyssea, 2018; Cisneros-Acevedo, 2022).

5. A taxa de informalidade laboral entre os trabalhadores autônomos é particularmente elevada em países como Paraguai, Colômbia e Bolívia, onde ultrapassa os 90%. Em países como Argentina e Brasil, ela é mais baixa, mas ainda assim permanece acima dos 65% (Álvarez et al., 2020).

Gráfico 5
Taxa de emprego informal (%)

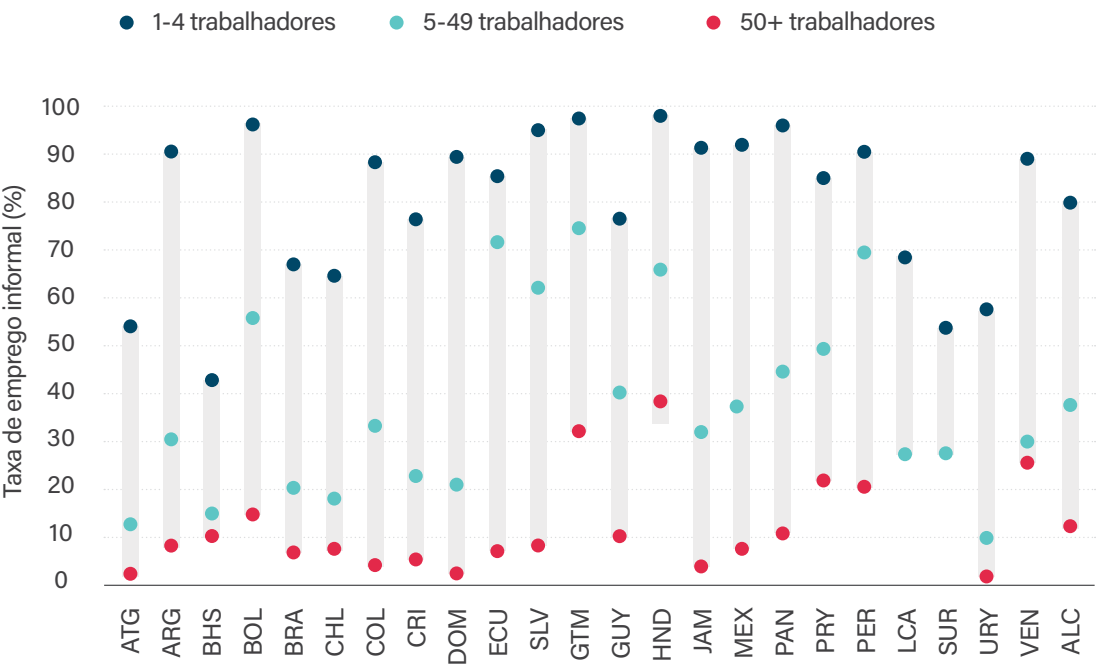


Nota: O gráfico mostra a taxa de emprego informal mais recente disponível por país (2023 ou 2024), juntamente com a taxa correspondente do período de 2006 a 2011. Para os seguintes países, os dados mais recentes correspondem a anos anteriores: Haiti (2012), Honduras (2017), Nicarágua (2012), Barbados (2016), Bahamas (2019) e Antígua e Barbuda (2018). A média da ALC para o período mais recente inclui todos os países da amostra. Os valores da OCDE excluem os países da ALC. A informalidade é definida utilizando o indicador harmonizado da OIT, com base na situação profissional e nas características do emprego principal do trabalhador.

Fonte: Os autores com base nos dados do ILOSTAT (OIT, 2025d).

A informalidade laboral se correlaciona fortemente com o tamanho da empresa: as micro e pequenas que têm de um a quatro funcionários apresentam quatro vezes mais probabilidades de serem informais do que as que contam com mais de 50. No entanto, na ALC, a informalidade laboral é significativa mesmo nas grandes organizações. Em Honduras, Paraguai, Peru e Venezuela, por exemplo, a taxa de assalariados informais em empresas com mais de 50 trabalhadores ultrapassa 20% (Gráfico 6). A informalidade também varia amplamente entre os setores. A agricultura e o comércio se destacam como pontos críticos: não somente apresentam uma informalidade acima da média nacional, como também empregam uma grande parcela da mão de obra, concentrando a maior parte do emprego informal.

Gráfico 6
Taxa de emprego informal por tamanho da empresa (%)



Nota: O gráfico mostra a taxa mais recente disponível de emprego informal por categoria de tamanho da empresa por cada país (2023 ou 2024). Os valores da OCDE excluem os países da ALC. A informalidade é definida utilizando o indicador harmonizado da OIT, com base na situação profissional e nas características do emprego principal do trabalhador. Para os seguintes países, os dados mais recentes disponíveis são anteriores: Bahamas (2019), Honduras (2017) e Venezuela (2017).

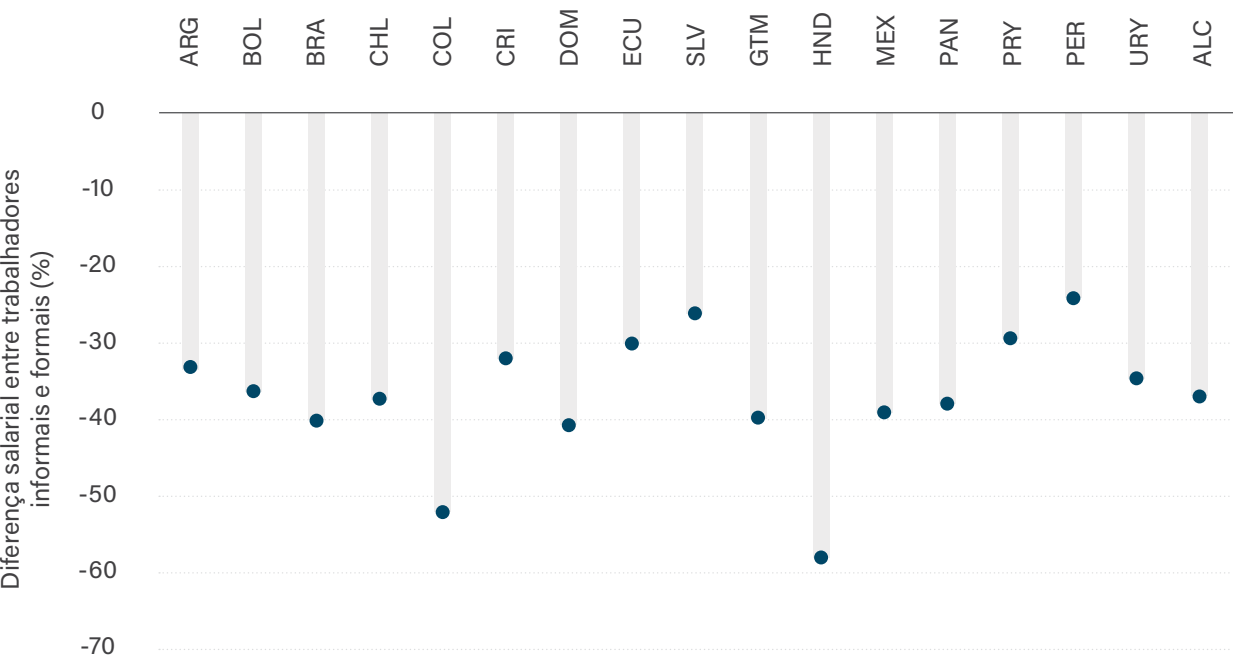
Fonte: Os autores com base nos dados do ILOSTAT (OIT, 2025c).

A informalidade afeta o crescimento e a produtividade por meio de vários canais interligados. No nível empresarial, ela suprime o investimento, pois as empresas informais operam em uma escala abaixo do ideal para evitar a detecção. Ela também leva a uma grave má alocação de recursos, permitindo que organizações ineficientes sobrevivam por meio da evasão fiscal, o que retém capital e mão de obra que poderiam ser utilizados por empresas formais mais produtivas. Além disso, ela corrói a acumulação de capital humano; os empregos informais oferecem pouca formação profissional no trabalho e, ao reduzir o retorno de educação, essa informalidade também diminui o incentivo ex ante para que os jovens invistam nas próprias competências. Por fim, ela isola as empresas das cadeias de valor globais, dos mercados de crédito e do apoio público.

A informalidade constitui ainda um fator determinante da desigualdade na ALC. Os empregos informais são baixa qualidade por duas razões principais. Em primeiro lugar, pagam salários significativamente mais baixos (Gráfico 7), refletindo a concentração de trabalhadores informais em empresas de baixa produtividade e menos dinâmicas.

Essa desvantagem salarial persiste mesmo em características observáveis, tais como educação e ocupação. Em segundo lugar, os trabalhadores informais têm acesso limitado a sistemas contributivos de saúde e aposentadoria.⁶ Além disso, os trabalhadores de origens socioeconômicas mais baixas, particularmente aqueles com menor nível de escolaridade, estão representados de modo desproporcional no setor informal. Na ALC, a informalidade laboral ultrapassa 70% entre aqueles que não concluíram o ensino médio, enquanto é de cerca de 25% entre os que cursaram o ensino superior (Gráfico 8). Reduzir a informalidade não é apenas uma estratégia para fomentar a produtividade, mas também uma política fundamental para promover a igualdade e a inclusão.

Gráfico 7
Diferença salarial entre trabalhadores informais e formais



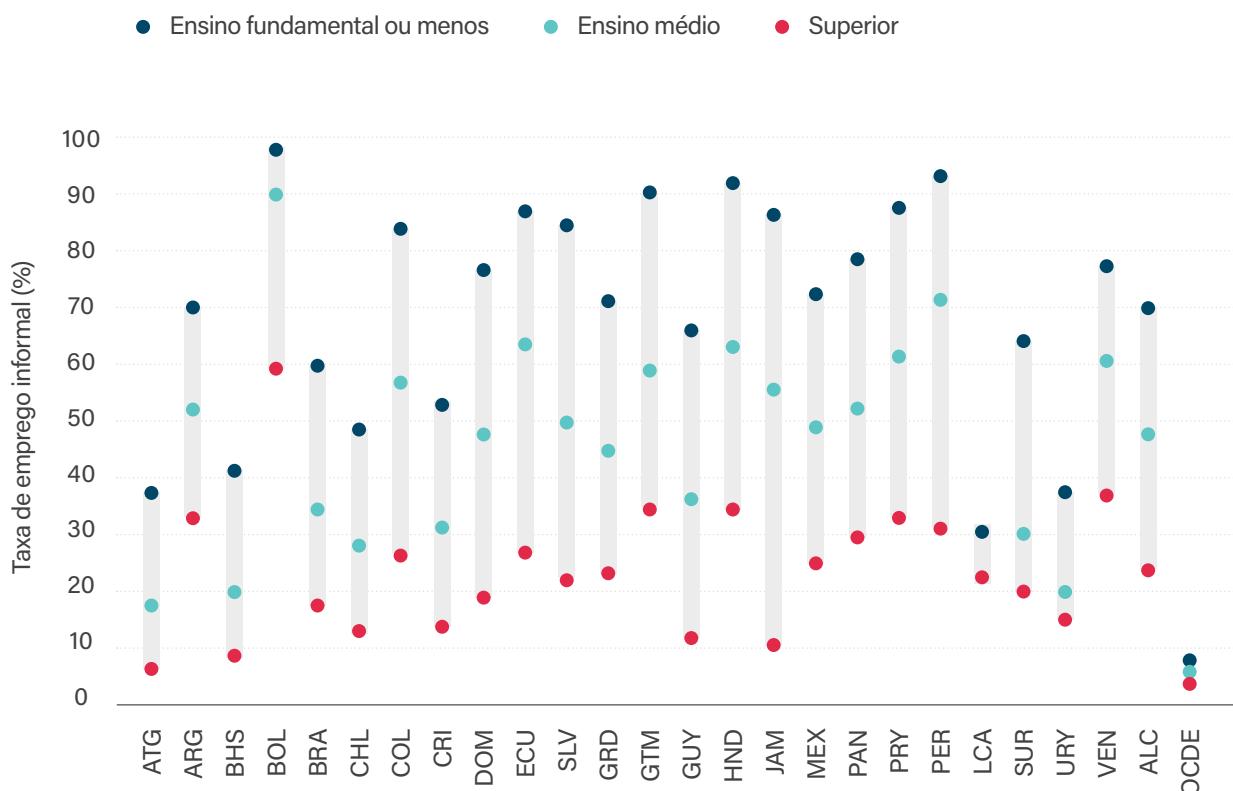
Nota: O gráfico mostra a diferença percentual na remuneração média por hora entre trabalhadores informais e formais em países da ALC. A lacuna é calculada com base na diferença do salário médio por hora dos trabalhadores informais e o dos trabalhadores formais, dividida pelo último. Valores negativos indicam que os trabalhadores informais ganham menos, em média. Os números não são ajustados para características observáveis dos trabalhadores ou dos empregos. O valor da ALC corresponde à média não ponderada entre os países. A grande maioria das observações corresponde aos anos de 2022 e 2023. No entanto, para os seguintes países, os dados mais recentes disponíveis referem-se a anos anteriores: Bolívia (2021), Guatemala (2014) e Honduras (2019).

Fonte: Os autores com base em dados de pesquisas domiciliares do CEDLAS e do Banco Mundial (2024) e do Banco Mundial (2025).

6. Embora muitos países da região tenham ampliado o acesso a programas de proteção social não contributivos, a alta prevalência da informalidade continua a limitar tanto a cobertura quanto a sustentabilidade a longo prazo dos sistemas contributivos.

Gráfico 8

Taxa de emprego informal por nível de escolaridade (%)



Nota: O gráfico mostra a taxa mais recente disponível de emprego informal por nível educacional por cada país (2023 ou 2024). As cifras da OCDE excluem os países da América Latina e do Caribe. Os dados correspondem ao emprego informal e ao emprego total por nível educacional. Os níveis educacionais foram reagrupados para construir categorias harmonizadas. A informalidade é definida utilizando o indicador harmonizado da OIT, baseado na categoria ocupacional e nas características do emprego principal do trabalhador. Para os seguintes países, os dados mais recentes disponíveis correspondem a anos anteriores: Bahamas (2019), Guiana (2019), Haiti (2012), Honduras (2017), Paraguai (2017), Suriname (2016) e Venezuela (2017).

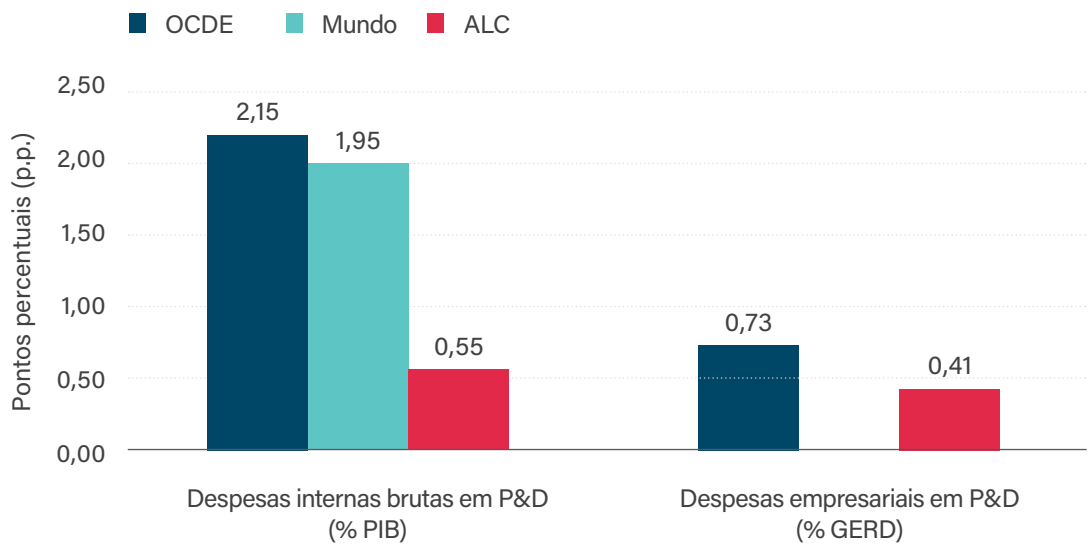
Fonte: Os autores com base nos dados do ILOSTAT (OIT, 2025a, 2025b).

Inovação: bases frágeis, resultados insatisfatórios

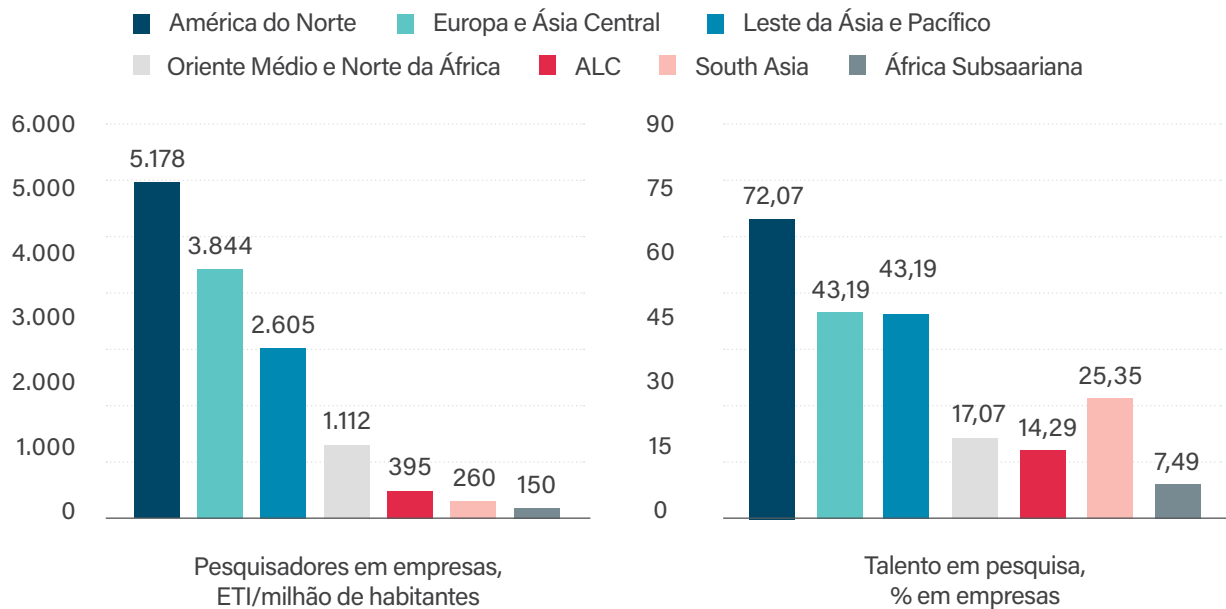
A região sofre de um duplo déficit nos insumos críticos para a inovação: financiamento e capital humano especializado (Gráfico 9). O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) é notavelmente baixo, representando 0,55% do PIB, muito abaixo da média da OCDE, de 2,66%, e é financiado predominantemente pelo setor público, muitas vezes desconectado das necessidades do mercado. Além disso, a região também possui um número significativamente menor de pesquisadores, e a maioria deles está empregada no meio acadêmico, e não em empresas (ver Painel B no Gráfico 9).

Gráfico 9
Insumos para inovação

Painel A. Despesas internas brutas e despesas empresariais em P&D (2022)



Painel B. Capital humano especializado em P&D (2022)



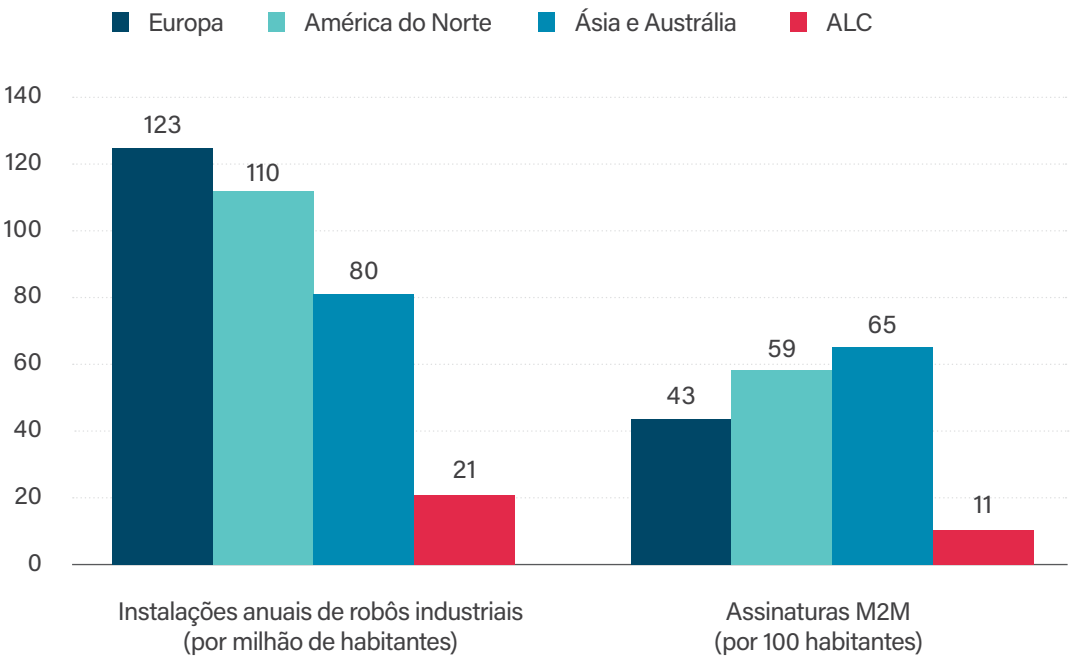
Nota: No Painel A, as Despesas em P&D Privadas (BERD, sigla em inglês) compreendem todas as despesas em pesquisa e desenvolvimento (P&D) realizadas pelo setor empresarial em um determinado território. É o subcomponente das Despesas Domésticas Brutas em P&D (GERD, sigla em inglês) incorridas pelas empresas. No Painel B, as barras à esquerda mostram o número de profissionais envolvidos na concepção ou criação de novos conhecimentos, produtos, processos, métodos e sistemas por milhão de habitantes. As barras à direita mostram a proporção de pesquisadores que trabalham no setor empresarial, medida em equivalente a tempo integral (ETI).

Fonte: Os autores com base no Banco de Dados do Índice Global de Inovação (OMPI, 2024), no Instituto de Estatística da UNESCO (UNESCO, 2025) e nos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação da OCDE (OCDE, 2025).

Estas bases frágeis se traduzem em resultados fracos em termos de inovação. No lado da geração, o registro de patentes é mínimo. No lado da absorção, os pagamentos por propriedade intelectual externa também são baixos. Essa combinação aponta para um “equilíbrio de baixa complexidade”, no qual a região não desenvolve tecnologia própria nem “importa” ou licencia ativamente conhecimento global do exterior.

Esta desigualdade de adoção está presente nas tecnologias digitais avançadas. Embora as empresas apresentem uma difusão moderada de ferramentas básicas (como software ERP), elas apresentam um atraso significativo na adoção de tecnologias mais complexas e específicas do setor (como internet das coisas e robótica), onde ocorrem os maiores ganhos de produtividade (Gráfico 10). Um padrão semelhante surge com a inteligência artificial (IA): de acordo com o Observatório da Economia Digital para a ALC (Katz e Callorda, 2024), a adoção de IA entre as empresas nas regiões está cerca de 30% abaixo do nível da OCDE.

Gráfico 10
Adoção de tecnologias avançadas: uma comparação regional (2023)



Nota: Robôs industriais são manipuladores multifuncionais controlados automaticamente, reprogramáveis e programáveis em três ou mais eixos, que podem estar fixos em um ponto ou acoplados a uma plataforma móvel para uso em aplicações de automação em ambientes industriais. Assinaturas M2M (máquina para máquina) são conexões móveis destinadas ao uso em máquinas e dispositivos para a troca automatizada de dados, não destinadas ao consumidor.

Fonte: Os autores com base na União Internacional de Telecomunicações (2025) e na Federação Internacional de Robótica (Müller, 2024).

A inovação e a adoção de tecnologia são impulsionadores fundamentais para o crescimento econômico, a competitividade, a inclusão social e a sustentabilidade. A falta de inovação e adoção de tecnologia é a principal causa de estagnação da produtividade. Sem as ferramentas e a cultura para a melhoria contínua de seus processos e produtos, as empresas da região simplesmente não conseguem crescer e competir. Em segundo lugar, essa estagnação enfraquece o processo de realocação de recursos. Um ecossistema com poucas organizações inovadoras em rápido crescimento e um número insuficiente de startups disruptivas carece da “destruição criativa” necessária para substituir empresas ineficientes e transferir capital e talentos para usos mais produtivos.

Integração: superficial, distante e pouco diversificada

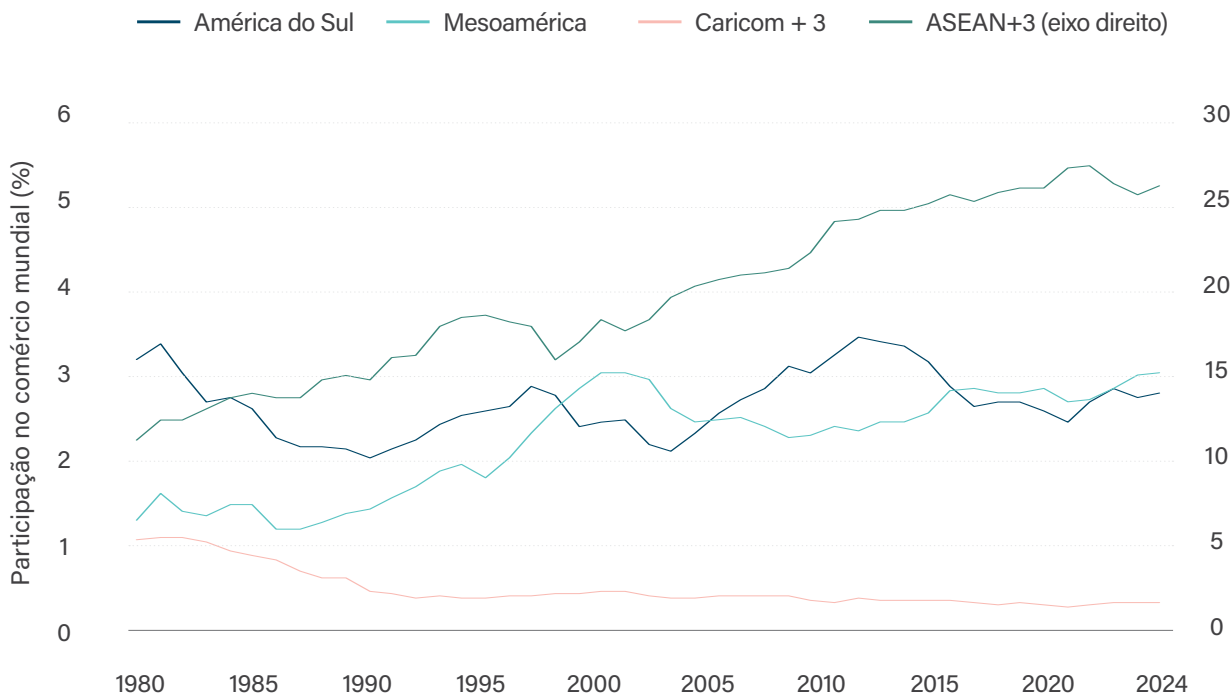
Apesar dos esforços significativos de liberalização empreendidos pelos países da ALC na década de 1990, a participação da região no comércio mundial ficou abaixo das expectativas. Sua participação no comércio global de mercadorias subiu apenas modestamente — de 5,4% em 1980 para 6% em 2024 — sendo que a profunda integração do México nas cadeias de valor norte-americanas foi responsável por praticamente todo esse aumento. No mesmo período, as principais economias do grupo ASEAN+3, que também implementaram importantes reformas de abertura de mercado e integração comercial, elevaram sua participação no comércio global em 15 pontos percentuais, atingindo 27% (Gráfico 11).⁷

Atualmente, as economias do Caribe e da América do Sul continuam muito menos expostas ao comércio internacional do que as de tamanho semelhante em outras regiões. O comércio total, considerando bens e serviços, representa apenas 50% do PIB, bem abaixo dos níveis observados na Europa e no Leste Asiático (86%), no Oriente Médio e no norte da África (69%) e no Leste Asiático e no Pacífico (56%).

A integração comercial limitada da região é ainda mais evidente em sua dimensão intrarregional: apenas 15% do comércio de mercadorias da ALC ocorre entre os próprios países da região, um contraste gritante com os 60% da Europa ou 50% do Leste Asiático. De 1995 a 2023, as sub-regiões da América do Sul e da Mesoamérica apresentaram um processo de integração voltado para o comércio extrarregional, o que contrasta fortemente com a Europa e a ASEAN+3, o grupo de economias de crescimento mais rápido nesse período, onde as trocas intrarregionais representam uma parcela muito maior do comércio total (Gráfico 12).

7. Considerando bens e serviços, a participação no comércio global é ainda menor para a ALC devido às menores exportações de serviços.

Gráfico 11
Participação no comércio global de mercadorias por região



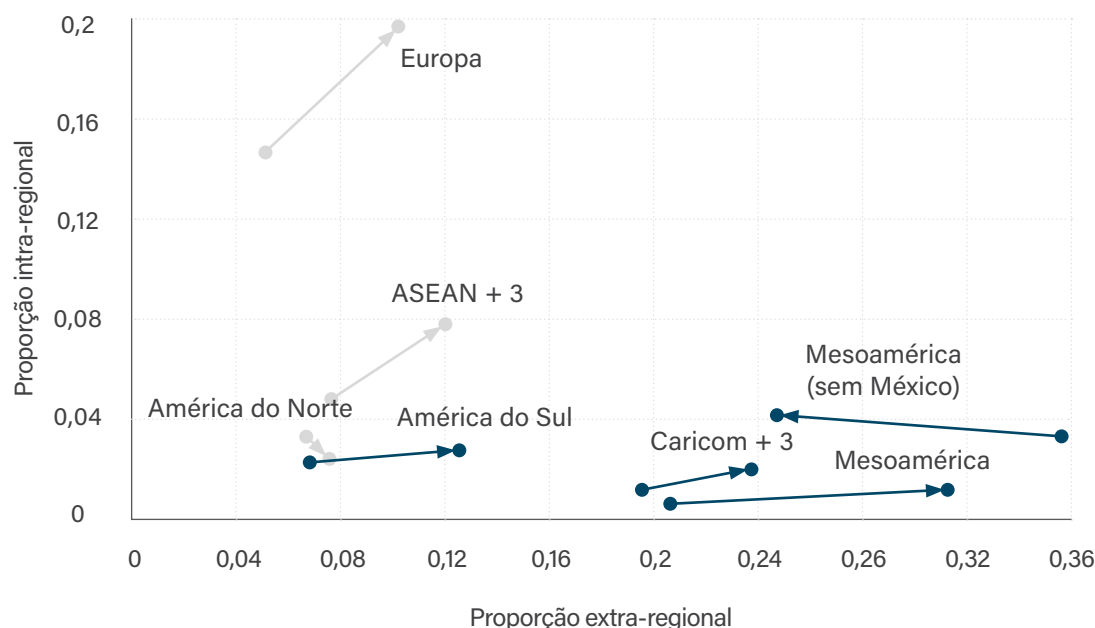
Nota: A participação é calculada como a soma das importações e exportações da região dividida pelo total das importações e exportações do resto do mundo. ASEAN + 3 inclui os países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), além de China, Japão e Coreia do Sul. CARICOM + 3 inclui os países da CARICOM (Comunidade do Caribe), juntamente com Aruba, República Dominicana e Cuba.

Fonte: Os autores com base em dados da UNCTAD (2025).

Em comparação com outras regiões, as sub-regiões da ALC estão orientadas estruturalmente para o comércio com parceiros distantes. Embora esse padrão não seja inerentemente negativo, ele ajuda a explicar a integração internacional geral limitada da região. Evidências do leste e sudeste da Ásia, da América do Norte e da Europa sugerem que níveis mais altos de integração e produção econômica estão associados a um maior intercâmbio entre países vizinhos, principalmente porque o comércio de bens complexos está sujeito à integração produtiva em cadeias de valor que dependem fortemente de componentes regionais (Allub et al., 2021).

Gráfico 12

Abertura do comércio intra e extrarregional de mercadorias por região em 1995 e 2023



Nota: As setas começam em 1995 e apontam para 2023. Os pontos representam o nível do comércio intra e extrarregional em relação ao PIB. ASEAN + 3 inclui os países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), além de China, Japão e Coreia do Sul. CARICOM + 3 inclui os países da CARICOM (Comunidade do Caribe), juntamente com Aruba, República Dominicana e Cuba.

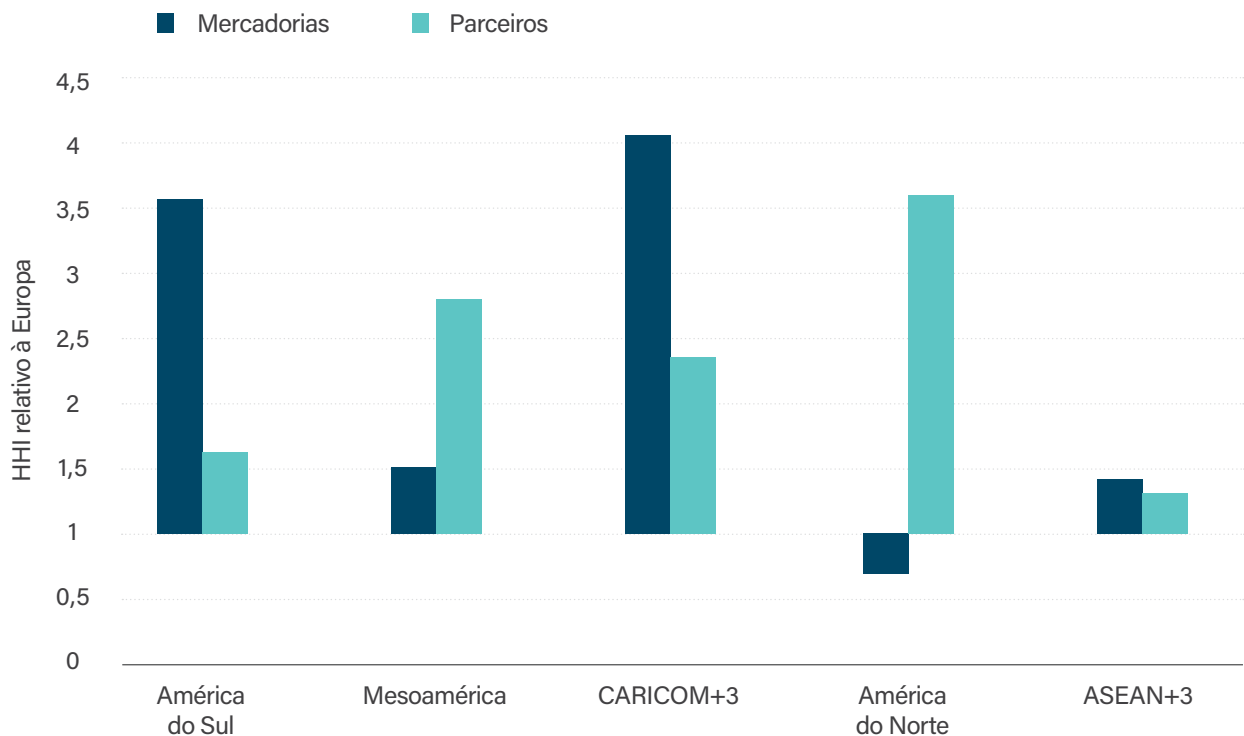
Fonte: Os autores com base em dados da UNCTAD, obtidos do The Growth Lab at Harvard University (2025).

O comércio na ALC também é caracterizado por uma diversificação limitada. As economias da região apresentam uma alta concentração de exportações de bens e de mercados. O índice Herfindahl-Hirschman (IHH) — uma medida padrão de concentração de mercado —⁸ é consistentemente mais elevado em todas as sub-regiões da ALC do que na Europa continental (Gráfico 13). Esse padrão é pronunciado sobretudo na América do Sul e na CARICOM+3, onde a concentração das exportações é aproximadamente quatro vezes maior do que na Europa.

Um ponto forte relativo da América do Sul é a diversificação comparativamente maior dos destinos de suas exportações, o que reduz a exposição a choques de demanda em qualquer mercado específico. As economias mesoamericanas, em contrapartida, apresentam o padrão oposto: suas cestas de exportação são menos concentradas,

8. O índice Herfindahl-Hirschman (IHH) é a soma dos quadrados das participações de mercado de cada categoria; neste caso, a soma da parcela das exportações de cada parceiro comercial ou cada bem nas exportações totais de um país.

Gráfico 13
Índice de concentração das exportações por mercadorias e parceiros comerciais em relação à Europa continental



Nota: As barras mostram o IHH calculado por mercadorias e por parceiros em relação ao índice correspondente para a média dos países da Europa continental. ASEAN + 3 inclui os países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), além de China, Japão e Coreia do Sul. CARICOM + 3 inclui os países da CARICOM (Comunidade do Caribe), juntamente com Aruba, República Dominicana e Cuba.

Fonte: Os autores com base em dados da UNCTAD, obtidos do The Growth Lab at Harvard University (2025).

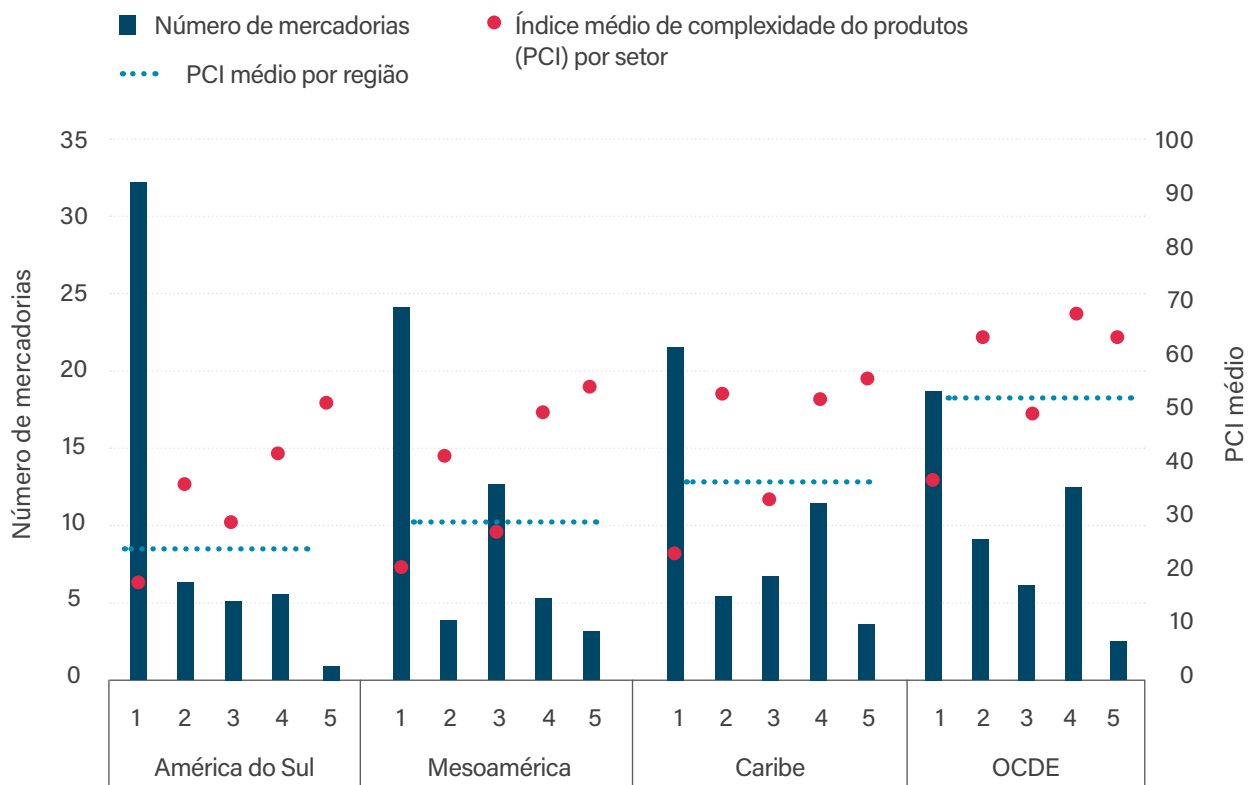
refletindo uma atividade industrial mais diversificada, mas os destinos das exportações são concentrados de maneira incomum, em grande parte devido à profunda integração de El Salvador e do México nas cadeias de valor ligadas aos Estados Unidos.

Além de ser altamente concentrada por produto, a cesta de exportações da região inclina- Econômica (The Growth Lab at Harvard University, 2025), mais de 30 dos 50 produtos com maior vantagem comparativa revelada (VCR) na América do Sul são agrícolas ou de recursos naturais (em comparação com pouco menos de 20 na OCDE). Além disso, o perfil de exportação da região não é apenas voltado para bens de recursos naturais, mas também para bens de baixa complexidade.⁹ Em média,

9. De acordo com o Atlas da Complexidade, bens complexos são definidos como aqueles com baixa ubiquidade (exportados por poucos países) que são produzidos por países com alta diversidade e complexidade (economias capazes de exportar uma ampla gama de outros produtos complexos).

o índice de complexidade econômica da ALC é inferior a 40% do registrado pela economia com melhor desempenho do mundo. Mais importante ainda, mesmo dentro dos setores, o índice de complexidade da região está significativamente abaixo da média da OCDE (Gráfico 14).

Gráfico 14
Número de produtos no topo do ranking e índice de complexidade VCR por setor e sub-região



Nota: O gráfico mostra a composição setorial dos 50 produtos com o maior índice VCR (eixo esquerdo). Este índice mede a proporção da participação de um bem nas exportações totais de um país em relação à observada em nível mundial, de modo que um valor VCR de 1 significa que a participação desse bem nas exportações totais de um país é igual à média dos países. A linha horizontal indica a média ponderada pelo valor das exportações do índice de complexidade do produto dentro de cada sub-região e setor (eixo direito). Os setores no eixo horizontal são definidos da seguinte forma: (1) produtos agrícolas e naturais: vegetais, animais, madeira e papel, minerais, combustíveis, minérios, sais, pedra, vidro e cerâmica; (2) produtos químicos e derivados: produtos químicos e plásticos; (3) manufaturas e bens de consumo leves: têxteis, vestuário, calçados e móveis, (4) manufaturas e bens de capital pesados: máquinas, instrumentos e metais, e (5) tecnologia e transporte: eletrônicos e veículos. As cestas de exportação variam entre as regiões. A Mesoamérica é especializada em produtos químicos e máquinas selecionadas; a América do Sul combina insumos industriais e produtos metálicos; o Caribe apresenta maior diversificação; e os países da OCDE concentram-se em bens de alta tecnologia. Em todas as regiões, produtos derivados de sangue humano e animal, vacinas e culturas biológicas são proeminentes.

Fonte: Os autores com base no The Growth Lab at Harvard University (2025).

Uma economia diversificada e complexa é um motor fundamental do crescimento sustentável. Em primeiro lugar, a diversificação reduz a vulnerabilidade ao atuar como uma apólice de seguro contra a volatilidade dos preços das commodities e proteger a economia de ciclos prejudiciais de expansão e recessão. Em segundo lugar, a complexidade econômica funciona como um catalisador direto da produtividade: a produção de bens sofisticados requer — e, por sua vez, fortalece — um ecossistema denso de capacidades, gerando transbordamentos de conhecimento e pressionando as empresas a adotar padrões globais. Nesse sentido, a complexidade econômica não é simplesmente um resultado do desenvolvimento: é uma força ativa que impulsiona toda a economia na escala da produtividade.

Uma integração internacional fraca priva a região de poderosos impulsionadores da produtividade. A pressão competitiva dos mercados externos, que elimina as empresas ineficientes e permite que as mais produtivas se expandam ao acessar novos mercados, é um deles. Essa concorrência, combinada com maior acesso aos mercados e a insumos importados de maior qualidade e mais avançados tecnologicamente, cria incentivos para que as empresas existentes inovem. Da mesma forma, o investimento direto estrangeiro (IDE) e a presença de empresas multinacionais aceleram a difusão de tecnologia por meio da imitação, dos vínculos de produção e da formação de capital humano. O IDE e as empresas multinacionais (EMNs) também podem ter um impacto significativo na igualdade de gênero nos países anfitriões. Essa influência opera por meio de dois canais: diretamente, nas práticas de emprego das afiliadas estrangeiras, e indiretamente, em transbordamentos nos mercados de trabalho locais. (Davis e Poole, 2024; UNCTAD, 2021).

Oportunidades estratégicas em um mundo em constante mudança

A agenda pendente para reduzir a informalidade, fomentar a inovação e alcançar uma integração global significativa deve se desenrolar em um contexto global transitório e desafiador. O mundo atual é moldado pela interação de três forças poderosas: uma revolução digital cada vez mais acelerada, impulsionada pela adoção em massa da inteligência artificial de uso geral; um retorno acentuado ao intervencionismo de mercado e à diplomacia transacional entre as principais economias e blocos; e uma urgência crescente em promover a transição verde.

A capacidade dos modelos de IA multiplicou-se exponencialmente nos últimos anos. O uso generalizado de ferramentas de IA generativa está aprofundando o impacto da revolução tecnológica em curso. A digitalização oferece oportunidades para saltos produtivos, expansão de mercado e ganhos significativos de eficiência. No entanto, ela também representa sérios desafios para os mercados de trabalho e a equidade. Esses sistemas de IA ampliaram a fronteira das tarefas que podem ser automatizadas, abrangendo cada vez mais tarefas cognitivas não rotineiras. A mudança está transformando os mercados de trabalho globais e locais — destruindo alguns empregos, criando outros — e seu efeito líquido permanece incerto.

O contexto geopolítico global tem sido marcado por um ressurgimento constante das políticas industriais e um aumento acentuado das medidas protecionistas — uma tendência que começou após a crise financeira global de 2007. Na última década, o número de intervenções que distorcem o comércio duplicou na ALC e aumentou de três a quatro vezes na Europa e nos Estados Unidos (Evanett et al., 2024). A mudança mais significativa ocorreu com o segundo governo Trump, que elevou as tarifas dos EUA a níveis nunca vistos desde antes da crise econômica de 1930 associada à Lei Tarifária. As medidas atribuem diferentes níveis tarifários a diferentes países. Assim, violam o princípio da nação mais favorecida (NMF), que está no cerne do sistema multilateral incorporado pela OMC. Várias economias responderam negociando acordos bilaterais com os EUA e estabelecendo acordos preferenciais ad hoc que, por si sós, se desviam das regras comerciais multilaterais. Na região, a Argentina, o Equador, El Salvador e a Guatemala promoveram “Estruturas de Referência Conjuntas” com os Estados Unidos, concedendo tratamento preferencial aos EUA e, ao mesmo tempo, garantindo concessões para os países da ALC em relação a bens que os EUA não produzem ou para os quais o abastecimento interno é insuficiente. Esse efeito de contágio corre o risco de acelerar a erosão da relevância da OMC.

À medida que as grandes economias se afastam da estrutura global baseada em regras, as menores, incluindo a maioria da ALC, enfrentam uma posição de negociação mais fraca. Para a região, pode haver ganhos aparentes decorrentes do desvio dos fluxos comerciais dos países diretamente visados pelos EUA, uma vez que as economias da ALC têm recebido um tratamento mais brando. Alguns podem ver ganhos de curto prazo com o desvio dos fluxos comerciais, já que as economias da ALC evitaram em grande parte ser diretamente afetadas pelas medidas dos EUA. No entanto, mesmo quando surgem benefícios de curto prazo, o ambiente estratégico mais amplo se torna mais incerto e menos favorável para as pequenas economias que negociam de maneira descoordenada e isolada.

Por fim, há uma necessidade urgente de descarbonizar a economia global. O caminho para isso requer uma substituição em grande escala dos combustíveis fósseis — que hoje representam cerca de 80% da matriz energética mundial — por fontes de energia limpa. Essa mudança, por sua vez, provocará um aumento na demanda por minerais essenciais: estima-se que, até 2050, a procura por lítio crescerá dez vezes, enquanto a por cobalto e níquel triplicará e dobrará, respectivamente. Por fim, os sistemas alimentares terão que passar por uma transformação profunda: o desmatamento e a perda de habitats naturais deverão ser interrompidos de maneira drástica, e o aumento na demanda por alimentos deverá ser atendido exclusivamente com a elevação da produtividade agropecuária.

Nesse contexto, duas dimensões parecem fundamentais para moldar a estratégia de crescimento e inserção global da ALC. Em primeiro lugar, setores como turismo, saúde, agricultura, mineração e energia estão passando por uma profunda transformação por meio da agricultura de alta precisão, modelos de turismo sustentável e geração de energia com baixas emissões. Esses setores podem servir como portas de entrada para um caminho de desenvolvimento mais sofisticado, diversificado e resiliente. Em segundo lugar, o ambiente global atual ressalta

a importância de parcerias internacionais estratégicas baseadas em valores compartilhados e confiança. Nesse sentido, uma integração mais profunda e mutuamente benéfica com a UE deve ocupar um lugar central.

Setores estratégicos

A confluência das políticas de digitalização e descarbonização oferece uma oportunidade para redefinir o futuro econômico da ALC. A região pode desempenhar um papel fundamental na economia verde. Sua abundância de minerais essenciais oferece a chance de integração às cadeias de valor de energia limpa. Seu imenso potencial para as energias solar e eólica pode atrair indústrias intensivas em energia e o desenvolvimento de uma indústria de exportação de combustíveis limpos, como o hidrogênio verde (Allub et al., 2024). As vastas e produtivas terras agrícolas da região, combinadas com a adoção reforçada de métodos de produção sustentáveis, podem fornecer ao mundo fontes de nutrição sustentáveis e de alta qualidade. Por fim, suas grandes florestas e pastagens fornecem serviços ecossistêmicos essenciais ao mundo, atuando como um grande mecanismo de mitigação climática, de modo que é do interesse global contribuir para sua preservação.

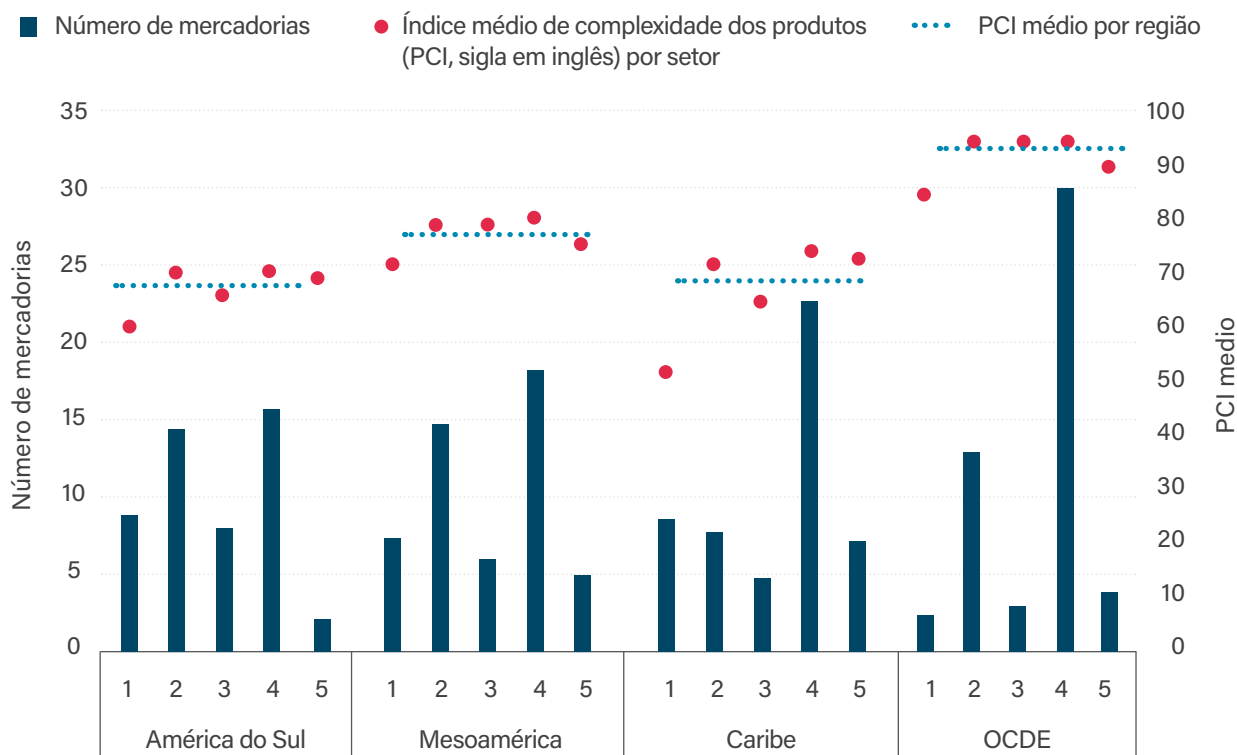
No entanto, as oportunidades que essas forças globais apresentam não se limitam a esses setores intimamente relacionados. Elas estendem-se aos que estão ligados por relações de entrada e saída e, mais importante ainda, ao desenvolvimento de bens e serviços em outros setores relacionados por meio de capacidades semelhantes, por um conjunto compartilhado de conhecimentos e tecnologia. Para aproveitar essas oportunidades, o Estado pode desempenhar um papel ativo e estratégico, reconhecendo os desafios e seguindo as melhores práticas da política industrial como uma ferramenta fundamental para impulsionar esses motores de crescimento.

De acordo com o Atlas da Complexidade Econômica, os bens de oportunidade são aqueles que se encontram próximos da cesta de exportações atual da região — proximidade determinada pela co-ocorrência desses produtos em países com estruturas de exportação semelhantes. Esses bens são complexos por si só ou estão estreitamente ligados a outros produtos complexos, o que os torna viáveis para a diversificação. Embora as oportunidades continuem a existir na agricultura e na mineração, também surgem perspectivas notáveis nos setores químico e de maquinaria (Gráfico 15).

Em outras palavras, a região pode *já* contar com algumas das capacidades subjacentes necessárias para produzir itens mais sofisticados: conhecimento, competências, tecnologias e instituições. Por exemplo, um país que dominou a logística complexa e a química industrial para seu setor agrícola moderno (como fertilizantes e pesticidas) possui muitos dos “blocos de construção” necessários para avançar para produtos químicos adjacentes de maior valor.

No caminho rumo ao desenvolvimento, crescimento e diversificação, os serviços também desempenharão um papel fundamental. À medida que as empresas aprofundam sua especialização e divisão de trabalho, tarefas antes realizadas

Graph 15
Top opportunity goods among those close to the current export basket



Nota: O gráfico apresenta uma descrição dos 50 principais produtos em termos de Índice de Ganho de Oportunidade para cada país, entre os produtos que estão abaixo da distância mediana da cesta de exportação atual no espaço de produtos. A categoria 1 - Produtos agrícolas e naturais inclui vegetais, animais, madeira e papel, minerais, combustíveis, minérios e sais. 2 - Produtos químicos e derivados inclui produtos químicos e plásticos. 3 - Manufaturas leves e bens de consumo inclui têxteis, vestuário, calçados e móveis, além de pedra, vidro e cerâmica. 4 - Manufaturas pesadas e bens de capital inclui máquinas, instrumentos e metais. 5 - Tecnologia e transporte inclui eletrônicos e veículos. As cestas de exportação variam entre as regiões. Para obter detalhes sobre a composição dos produtos em cada região, consulte a nota no Gráfico 14.

Fonte: Os autores com base no The Growth Lab at Harvard University (2025).

internamente são cada vez mais terceirizadas para prestadores especializados, expandindo os mercados de serviços como consultoria empresarial, marketing e computação em nuvem.

A digitalização e as mudanças tecnológicas redefiniram a fronteira entre os setores comercializáveis e não comercializáveis, possibilitando que muitos serviços fossem comercializados internacionalmente, conferindo ao setor de serviços características de crescimento econômico que antes eram intrínsecas à indústria manufatureira: o mercado interno não representa mais um teto para o crescimento, e as empresas podem aproveitar oportunidades substanciais de aprendizagem por meio de vínculos transfronteiriços.

Além disso, alguns setores de serviços são insumos essenciais para outros bens e serviços. Os serviços têm uma influência aproximadamente três vezes maior — uma medida de centralidade como insumos — do que a manufatura ou as atividades primárias. Dentro dos serviços, destacam-se o comércio e os serviços empresariais (contabilidade, financeiro etc.), enquanto as comunicações e o transporte terrestre também se classificam acima da média. Esse alto nível de influência coexiste com diferenças significativas de produtividade nesses setores em relação às economias avançadas, indicando um espaço considerável para melhorias (Gráfico 16).

Por fim, espera-se que os serviços desempenhem um papel mais importante no emprego na ALC, à medida que a automação, a exposição comercial e a transição verde impulsionam uma realocação significativa da mão de obra. Isso reforça a necessidade de políticas para aumentar a produtividade nos serviços que absorvem trabalhadores. O desafio central é aumentar a produtividade em atividades tipicamente não comercializáveis, informais e de pouca qualificação — como o comércio varejista e os serviços de assistência — para que proporcionem melhores rendimentos e formalidade.

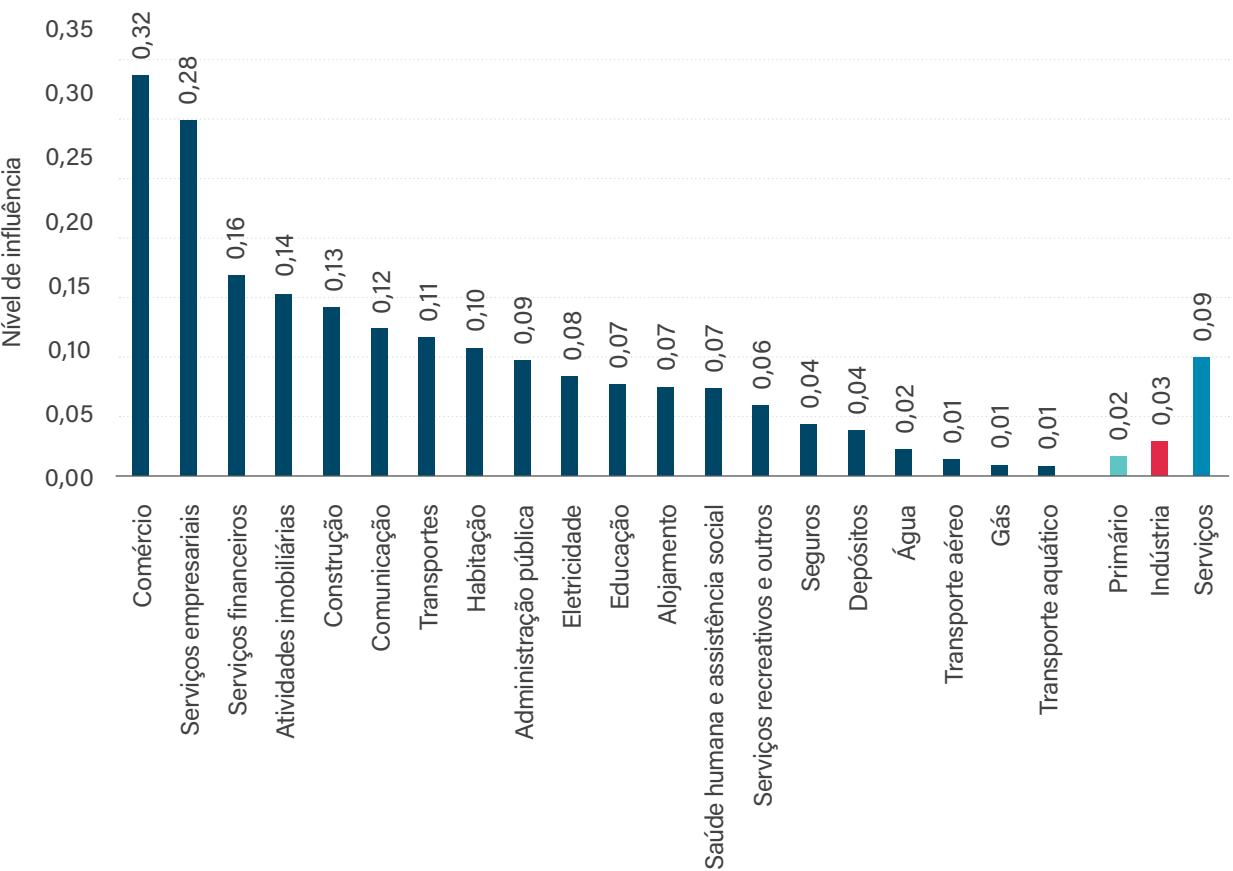
Uma aliança mutuamente benéfica entre a ALC e a UE

O contexto global atual — marcado pela polarização, incerteza e aumento do protecionismo — cria uma oportunidade para a ALC buscar alianças estratégicas baseadas em valores compartilhados e pode proporcionar uma estrutura estável para o desenvolvimento sustentável.

A UE destaca-se como um parceiro capaz de estabelecer laços econômicos e políticos duradouros. Como aliada, pode aproveitar os pontos fortes da ALC para canalizar capacidades e recursos para setores-chave que são essenciais para sustentar o crescimento e o desenvolvimento da região. Além disso, essa parceria pode servir como um catalisador para a liderança regional por meio de esforços coletivos que aumentam seu poder de negociação conjunto e promovem maior autonomia na defesa de seus interesses estratégicos.

A UE está firmemente comprometida com a descarbonização, liderando a adoção de instrumentos como o Sistema de Comércio de Emissões da EU (EU ETS, sigla em inglês), o Mecanismo de Ajuste de Fronteiras de Carbono (CBAM, sigla em inglês) e o Regulamento da UE sobre Desflorestamento (EUDR, sigla em inglês), entre muitas outras ferramentas importantes. Embora a Europa seja líder em inovação em tecnologia limpa, sua dependência de fornecedores concentrados cria vulnerabilidades (Draghi, 2025).

Gráfico 16
Nível de influência dos subsetores de serviços e setores agrupados na ALC



Nota: As barras na figura representam o nível de influência dos três setores agregados e de cada subsetor de serviços na ALC. Os valores entre países são médias não ponderadas (simples) entre os países com dados disponíveis. O nível de influência de um setor é calculado como a soma ponderada de seus coeficientes diretos (linha) na inversa de Leontief da tabela de insumos-produtos, em que os pesos são as participações de valor agregado da economia entre os setores.

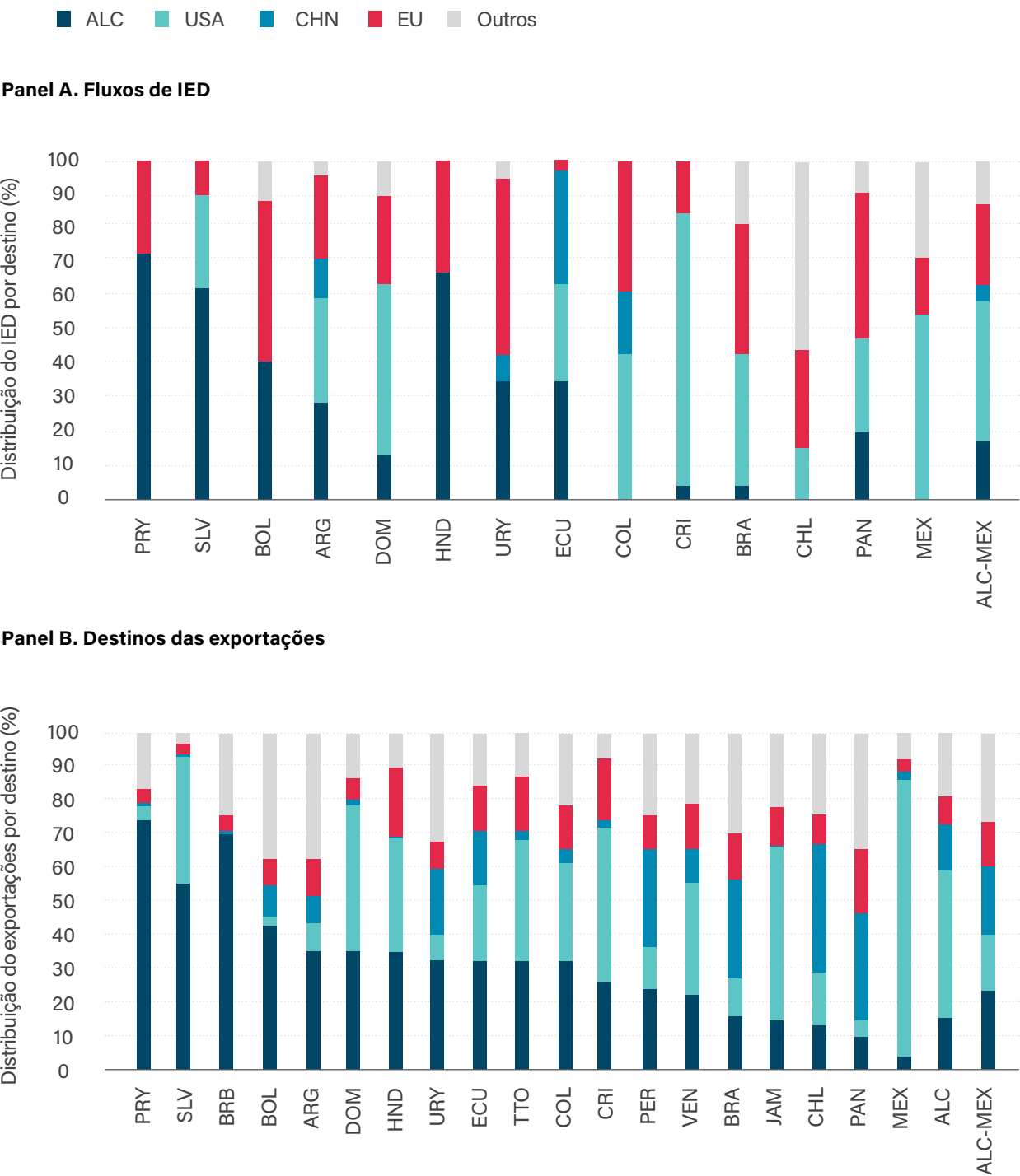
Fonte: Os autores com base na *GGDC Productivity Level Database* (Inklaar et al., 2023)

A ALC detém ativos que são fundamentais para as prioridades estratégicas de longo prazo da Europa. A região é um pilar global da segurança alimentar, um grande exportador de energia e commodities minerais e abriga vastas reservas de minerais essenciais — lítio, cobre e níquel — que determinarão o ritmo das transições verde e digital. A região também conta com condições excepcionais para expandir a energia solar, eólica, hidrelétrica e o hidrogênio verde, tornando-a uma das poucas fronteiras globais capazes de produzir energia limpa a custos competitivos.

Apesar dessas complementaridades, a integração da ALC com a UE continua limitada. Por exemplo, enquanto 44% das exportações de bens da ALC vão para os EUA e 12% para a China, apenas 9% vão para a UE (Gráfico 17). Nesse aspecto, a UE continua sendo um parceiro comercial estável com um claro potencial de expansão como destino das exportações da ALC. Em contrapartida, a ALC apresenta um perfil mais diversificado nas fontes de investimento estrangeiro direto (IED), em que a UE — a segunda fonte mais importante de IED para a região — já é um pilar fundamental de investimento. Essa base sólida de investimento, combinada com o potencial de crescimento do comércio, ressalta os ganhos significativos que a região pode alcançar ao fortalecer essa parceria num contexto global incerto.

Uma parceria mais forte entre a ALC e a UE proporciona vantagens estratégicas para a região. Ela oferece um acesso mais amplo e estável a mercados externos, apoiado por acordos da UE que incorporam normas trabalhistas, ambientais e institucionais, reforçando a integração de alta qualidade e a confiança dos investidores a longo prazo e expandindo as opções de financiamento para as transições verde e digital por meio de instrumentos como a estratégia Global Gateway (GG), que visa mobilizar até € 45 bilhões para a ALC até 2027 para apoiar projetos de infraestrutura, energia renovável, conectividade digital e resiliência climática. Ele fortalece o IDE em setores-chave nos quais os investimentos da UE já desempenham um papel importante, como energia, telecomunicações, serviços financeiros e manufatura. Novas oportunidades de *powershoring* — a realocação de atividades intensivas em energia para regiões com abundância de fontes renováveis, como a ALC — podem gerar ainda mais transbordamentos e empregos de alta qualidade.

Gráfico 17
Países da ALC: destinos das exportações e fluxos de IED



Nota: ALC-MEX mostra o agregado dos países apresentados no gráfico, excluindo o México.

Fonte: Os autores com base na CEPAL (2024).

Essa parceria mutuamente benéfica vai muito além do intercâmbio de bens e investimentos. Ela se baseia na criação compartilhada de conhecimento produtivo e no avanço de uma posição coordenada sobre desafios globais, como mudanças climáticas, paz, segurança e equidade. Para a ALC, um benefício central reside na oportunidade de aproveitar a experiência institucional da UE na elaboração de modelos abrangentes de políticas sociais que equilibram eficiência e inclusão, o que pode ajudar a alcançar resultados de desenvolvimento mais equitativos. A experiência da UE em lidar com transições demográficas — como o envelhecimento da população e a rápida urbanização — e seu apoio a reformas institucionais podem fortalecer ainda mais a governança e a resiliência em toda a região. Acima de tudo, o investimento da UE na ALC pode acelerar a modernização de setores produtivos essenciais, não apenas por meio do fornecimento de financiamento, mas também da transferência de capacidades técnicas e de gestão incorporadas que acompanham esses recursos financeiros.

Por fim, uma parceria mais forte pode contribuir para a inovação produtiva e as capacidades institucionais da ALC. Alianças de inovação que aproveitem os pontos fortes da Europa em tecnologias limpas, soluções digitais, biotecnologia e indústria manufatureira avançada podem facilitar a adoção de tecnologia e colaborações em pesquisa.

No entanto, a capacidade da região de traduzir essas complementaridades em uma relação coesa com a Europa é limitada pela capacidade restrita de negociação coletiva. A ALC frequentemente engaja com parceiros externos por meio de canais bilaterais fragmentados, reduzindo sua influência em fóruns multilaterais e enfraquecendo seu poder de barganha. Um gargalo crítico é a falta de alinhamento estratégico entre as duas maiores economias da região, México e Brasil. Sem uma maior coordenação entre esses atores — um voltado principalmente para a América do Norte, o outro para os mercados globais — a ALC não consegue construir uma voz unificada capaz de promover prioridades comuns nas negociações globais sobre comércio e clima.

As diferenças de interesses com a Europa também precisam ser reconhecidas e gerenciadas. O protecionismo agrícola em alguns estados-membros da UE complica a negociação de acordos abrangentes. Além disso, elementos do Pacto Ecológico Europeu — incluindo o CBAM e o EUDR — criam pressões de ajuste na ALC, particularmente para exportadores de café, cacau, óleo de palma e outras commodities. Cerca de 20% das exportações da ALC para a UE se enquadram no âmbito do EUDR, com variações significativas entre os países.

Administrar essas tensões requer um diálogo institucionalizado que equilibre os objetivos ambientais, os interesses comerciais e as necessidades de desenvolvimento. A parceria entre a ALC e a UE deve avançar em sete frentes:

Impacto mútuo: as duas partes devem se engajar em um diálogo aberto e honesto, estabelecendo contribuições claras e realistas que cada uma pode trazer para a parceria. Uma cooperação eficaz requer que ambas se alinhem em termos técnicos, regulatórios e administrativos, reconhecendo o nível de capacidade institucional e gerencial de cada país.

Foco no desenvolvimento sustentável: As iniciativas conjuntas devem ser consistentes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Acordo de Paris e as agendas climáticas e digitais emergentes. A ALC deve aproveitar as oportunidades significativas de crescimento na economia verde.

Flexibilidade: dadas as rápidas mudanças geopolíticas e tecnológicas, os mecanismos de cooperação devem permitir ajustes periódicos e a incorporação de partes interessadas dos governos, do setor privado, da sociedade civil e da academia.

Investimento produtivo: financiamentos da UE e IED devem estar direcionados a infraestruturas, energias renováveis, plataformas digitais e produção resiliente às alterações climáticas — áreas com elevados retornos sociais e econômicos.

Transferência de inovação e tecnologia: centros de pesquisa conjuntos, mecanismos de transferência de tecnologia e redes interrregionais podem impulsionar a inovação em energia renovável, agricultura sustentável, manufatura circular e cidades inteligentes.

Equidade social, direitos humanos e inclusão: a cooperação deve reforçar as políticas nas áreas de educação, saúde, igualdade de gênero e direitos indígenas, garantindo que os benefícios da integração se traduzam em ganhos sociais mais amplos.

Confiança: construir e manter a confiança a longo prazo por meio da cooperação institucionalizada é fundamental. Isso implica aprofundar o diálogo político, aprimorar a cooperação técnica e desenvolver programas de bem-estar social que integrem os esforços em nível nacional.

A Tabela 1 apresenta uma análise dos principais projetos interregionais que aproveitam essas características teóricas desejáveis em uma aliança renovada. Descreve exemplos específicos e tangíveis de iniciativas emblemáticas, destacando as principais contribuições que cada região pode trazer, bem como o quadro relevante da UE-ALC para garantir a viabilidade desses projetos. À luz da urgência da adoção de políticas de sustentabilidade, a estratégia Global Gateway desempenha um papel fundamental nessa relação birregional.

Tabela 1

Sete caminhos para aprofundar a colaboração ALC-UE: alguns exemplos concretos

Caminho	Exemplo de projeto ALC-UE	Contribuição da ALC	Contribuição da UE	Estrutura/ programa relevante da ALC-UE
Impacto mútuo	Iniciativa conjunta para exportar produtos agrícolas produzidos de modo sustentável para mercados europeus com certificações de sustentabilidade reconhecidas.	Métodos de produção sustentáveis, know-how local, redes de produtores.	Acesso ao mercado, processos de certificação, expertise em marketing e distribuição.	AL-Invest Verde, Global Gateway – Pilar do comércio sustentável.
Foco no desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento de projetos de energia renovável em grande escala na ALC, com financiamento vinculado a padrões ecológicos.	Acesso aos locais dos projetos, licenças locais, recursos de operação e manutenção e mão de obra qualificada.	Investimento de capital, tecnologia limpa e padrões ambientais e de segurança avançados.	Global Gateway – Transição verde, aliança verde UE-ALC.
Flexibilidade	Criação de um fundo birregional de resiliência climática para apoiar comunidades que enfrentam impactos ambientais.	Conhecimento local das vulnerabilidades, adaptação cultural das soluções e engajamento da comunidade	Instrumentos de financiamento flexíveis, ferramentas de gestão de risco e experiência em planejamento adaptativo.	Agenda de investimentos UE-ALC da Global Gateway, mecanismo de adaptação climática para a América Latina e o Caribe.
Investimento produtivo	Instalações industriais sustentáveis para processar matérias-primas em produtos de maior valor para cadeias de abastecimento globais.	Acesso a recursos, mão de obra, ambiente político favorável.	Investimento em infraestrutura, estruturas de conformidade ESG e integração nos mercados europeu e global.	Global Gateway – cadeias de valor sustentáveis, Horizonte Europa – parcerias com a indústria.

Caminho	Exemplo de projeto ALC-UE	Contribuição da ALC	Contribuição da UE	Estrutura/ programa relevante da ALC-UE
Transferência de inovação e tecnologia	Implantação de sistemas inteligentes (por exemplo, plataformas digitais, sensores e IA) para melhorar a produtividade em setores-chave, como agricultura, manufatura ou logística.	Dados locais e contexto operacional, locais-piloto, experiência no setor.	Soluções tecnológicas, treinamento técnico e estruturas de proteção à propriedade intelectual.	Aliança Digital UE-ALC, Horizonte Europa – investigação e inovação.
Equidade social, direitos humanos e inclusão	Diálogo político birregional para promover a inclusão social, fomentar a igualdade e fortalecer a coesão social.	Implementação local, engajamento de parceiros, execução de políticas e aproveitamento de redes regionais	Recursos financeiros, assistência técnica e apoio político	Global Gateway - Programa Sociedades Inclusivas, que inclui o programa regional de sociedades inclusivas e o acelerador social.
Confiança	Observatório birregional para acompanhar e relatar os impactos sociais, ambientais e econômicos dos projetos conjuntos.	Acesso a dados de campo, engajamento com comunidades e partes interessadas e redes institucionais locais.	Ferramentas de monitoramento transparente, financiamento para avaliações independentes e metodologias para governança participativa.	Fundação UE-ALC, Global Gateway – Pilar de governança e estado de direito.

Nota: Esta tabela não é uma lista completa de todas as linhas de ação atuais e futuras. A relação entre as duas regiões pode e deve continuar se aprofundando e fortalecendo.

Pilares da política para uma transformação produtiva

A análise anterior transmite mensagens claras. Para eliminar as disparidades de desenvolvimento na região, é necessário um modelo de crescimento impulsionado não apenas pela acumulação de fatores, mas, sobretudo, pela produtividade. Embora o crescimento deva ser abrangente, o contexto atual destaca oportunidades estratégicas em setores específicos. Além disso, o contexto global aponta para os potenciais benefícios da busca de uma parceria cuidadosamente elaborada entre a ALC e a UE, com base em complementaridades estratégicas e ganhos mútuos. Capitalizar essas oportunidades é fundamental para impulsionar o crescimento, a diversificação e a complexidade econômica.

Alcançar um crescimento robusto e abrangente e aproveitar oportunidades específicas de cada setor requer uma agenda política abrangente com foco em três alavancas principais: reduzir a informalidade, fomentar a inovação e aprofundar a integração internacional. Além disso, ela deve seguir uma estratégia equilibrada que incorpore políticas horizontais voltadas para uma ampla base de setores e estratégias verticais direcionadas a prioridades estratégicas.

A seção a seguir apresenta um conjunto de opções de políticas relevantes para a região nesses três domínios, que vão desde instrumentos amplos — como ajustes nos custos de contratação e demissão ou salários mínimos — até intervenções mais direcionadas, incluindo iniciativas de clusters ou subsídios à inovação que podem ser implantados de maneira específica para cada setor (por exemplo, clusters de mineração ou financiamento de hidrogênio verde).

As políticas específicas de cada setor devem ser abordadas mitigando riscos bem conhecidos: falhas informacionais (governos “escolhendo vencedores” sem potencial real) e captura política (distorções políticas causadas por lobby e corrupção). Mitigar esses riscos requer, em primeiro lugar, o estabelecimento de bases horizontais sólidas. Seu sucesso depende de estabilidade macroeconômica, concorrência robusta, segurança dos cidadãos, segurança jurídica e regulações transparentes para reduzir as barreiras de entrada. Além disso, as intervenções verticais devem priorizar o fornecimento de bens públicos de baixo risco — como laboratórios de certificação e programas especializados de Educação e Formação Técnico e Profissional (TVET, sigla em inglês) — em vez de intervenções de mercado de alto risco e custo, como subsídios e tarifas. Quando ferramentas de alto risco são empregadas, elas devem ser transparentes, vinculadas a metas de desempenho e sujeitas a cláusulas de caducidade claras que especifiquem, com antecedência, as condições sob as quais o apoio seria retirado.

Menos informalidade

A redução da informalidade requer uma agenda abrangente que combine incentivos, fiscalização e desenvolvimento de capacidades, tudo adaptado às novas realidades da digitalização.

Uma agenda eficaz deve reconhecer que as empresas informais não são homogêneas (Ulyssea, 2018). As *empresas com recursos limitados* são produtivas o suficiente para serem formais, mas são impedidas por altos custos de entrada (uma minoria, de acordo com evidências). As *empresas de sobrevivência* são tão improdutivas que só conseguem permanecer no mercado evadindo as regulações. Por fim, as *empresas oportunistas* são produtivas o suficiente para arcar com os custos formais, mas optam estrategicamente pela informalidade.

Embora os três tipos possam contribuir para os custos de produtividade da informalidade, eles o fazem por meio de diferentes canais e em níveis variados, e as ferramentas políticas mais eficazes para combatê-los diferem.

Políticas para incentivar a formalização

As políticas que visam alterar os incentivos e a relação custo-benefício da formalidade geralmente se enquadram em três categorias principais:

A primeira visa **reduzir os custos de entrada e operação formal**. Essas iniciativas podem ter como alvo etapas distintas da atividade empresarial. Em primeiro lugar, a redução dos custos de entrada — por meio de cadastramento simplificado, aconselhamento e redução de taxas — continua sendo uma abordagem comum. No entanto, essas políticas têm efeitos modestos sobre a formalização, pois visam apenas uma pequena fração das empresas com “recursos limitados”. Uma segunda abordagem tem como foco os custos operacionais contínuos por meio de reduções de impostos. Embora potencialmente mais impactantes, essas políticas levantam preocupações quanto à relação custo-benefício devido ao impacto fiscal negativo da perda de receita. Por fim, os custos regulatórios, como salários mínimos e legislação de proteção ao emprego (EPL, sigla em inglês), exigem um ajuste cuidadoso; regras excessivamente rígidas podem aumentar inadvertidamente o custo da contratação formal, incentivando as empresas a permanecerem informais.

A segunda categoria envolve a reformulação de incentivos por meio da proteção social. O aumento dos benefícios diretamente vinculados ao emprego formal pode atrair de fato os trabalhadores, como demonstrado pela reforma da área da saúde do Uruguai em 2008. Por outro lado, os programas não contributivos, embora essenciais para a redução da pobreza, podem gerar consequências indesejadas ao diminuir o valor relativo dos empregos formais, caso não sejam cuidadosamente elaborados. As evidências destacam essa tensão: no Uruguai, um programa de transferência condicional de renda levou a uma queda de 13% no emprego formal entre os beneficiários (Bergolo e Cruces, 2021) e, na Argentina, o *Asignación Universal por Hijo* reduziu em 40% a probabilidade de se ter um emprego formal (Garganta

e Gasparini, 2015). As evidências sobre programas de saúde não contributivos são mais contraditórias, com alguns estudos constatando um aumento da informalidade (Bosch e Campos-Vazquez, 2014), enquanto outros não encontraram efeitos negativos significativos (Azuara e Marinescu, 2013; Campos-Vázquez, 2013).

Reconhecer tais compensações não nega a necessidade desses programas; a proteção social e a inclusão continuam sendo metas de desenvolvimento primordiais. O desafio político está em equilibrar a inclusão com incentivos à formalização. O objetivo é projetar uma rede de segurança abrangente que atenda às necessidades básicas de saúde e renda de grupos vulneráveis (por exemplo, desempregados, crianças, idosos) sem efeitos significativos sobre a motivação para participar do mercado de trabalho formal.¹⁰

Por fim, o terceiro grupo de políticas para fomentar a formalização concentra-se no fortalecimento da aplicação da regulação. A aplicação eficaz pode aumentar a produtividade agregada, forçando a saída de empresas de baixa produtividade que lutam pela sobrevivência e realocando recursos para organizações mais eficientes. No entanto, essas políticas precisam ser bem calibradas em cada país, pois podem acarretar riscos de desemprego a curto prazo. Uma aplicação mais rigorosa voltada para empresas registradas (a fim de reduzir a margem intensiva) é capaz de reduzir o número de trabalhadores informais nesse universo, mas pode, inadvertidamente, empurrar algumas organizações para a informalidade, a fim de permanecerem totalmente fora do radar das autoridades.

O fortalecimento da conformidade também pode abrir portas para os mercados globais. Por outro lado, a perspectiva de acessar estes mercados de alto valor funciona como um poderoso incentivo para cumprir as regulações, impulsionando a formalização para atender aos padrões internacionais de trabalho e ambientais.

Um desafio estrutural é que a fiscalização costuma ser tendenciosa contra empresas maiores e mais fáceis de monitorar, o que cria um “imposto sobre o tamanho” que desestimula o crescimento e distorce a concorrência. A digitalização é uma aliada fundamental para corrigir esse desequilíbrio porque permite que os estados cruzem informações de bancos de dados fiscais e trabalhistas e utilizem análises preditivas. Assim, as autoridades podem detectar a evasão de modo mais eficaz em empresas de todos os tamanhos, melhorando a seleção das que estão em operação e garantindo condições equitativas.

10. Um projeto bem elaborado é essencial para alcançar o equilíbrio adequado entre proteção social e incentivos. Naturalmente, o projeto adequado depende do instrumento específico (por exemplo, seguro-desemprego ou transferências condicionais de renda) e da estrutura econômica subjacente. No entanto, aplica-se um princípio geral: para incentivar a formalização, o valor de um emprego formal deve exceder o de um emprego informal. Atender a essa condição pode ser potencialmente desafiador para os trabalhadores que ingressam no setor formal com baixos salários, se a transição provocar uma retirada repentina dos benefícios não contributivos.

Políticas ativas para o mercado de trabalho e a qualificação profissional

As Políticas Ativas de Mercado de Trabalho (PAMT) desempenham um papel vital no auxílio a indivíduos para adquirir as habilidades necessárias no emprego formal, melhorando a eficiência na procura de vagas e reduzindo os períodos de desemprego, que muitas vezes conduzem à informalidade.

Em primeiro lugar, os programas de formação profissional são concebidos para dotar os indivíduos das competências técnicas necessárias para profissões específicas. Esses programas estão entre as PAMT mais eficazes para melhorar o emprego formal a longo prazo. No entanto, a magnitude dos benefícios varia muito entre os programas, ressaltando a importância da concepção do programa, da qualidade da implementação, da população-alvo e do contexto para determinar a eficácia (Yeyati et al., 2025). Os programas voltados para jovens (por exemplo, *Jóvenes en Acción* na Colômbia), em particular, apresentam resultados positivos.

Outra iniciativa importante são os programas de certificação de competências, que fornecem aos trabalhadores uma prova crível perante os empregadores. Esses programas podem complementar cursos de capacitação ou certificar competências pré-existentes por meio de avaliações. Eles são particularmente valiosos para grupos cujas habilidades são difíceis de comprovar, como trabalhadores informais, migrantes e jovens sem experiência profissional.

Os serviços de intermediação de emprego oferecem um mecanismo para reduzir os entraves na procura. Eles incluem uma ampla gama de intervenções, como bancos de dados de vagas, portais de informações sobre o mercado de trabalho, feiras de emprego com empregadores privados, workshops para elaboração de currículos, treinamento para procura de emprego e entrevistas, e aconselhamento ou orientação individualizada durante todo o processo de busca. Esses serviços têm alto custo-benefício e foram transformados pelos portais digitais de emprego.

Por fim, incentivos financeiros, como subsídios salariais para o primeiro emprego, têm se mostrado eficazes em gerar aumento de emprego entre jovens que ingressam no mercado de trabalho. A magnitude e a duração do subsídio parecem ser determinantes fundamentais do impacto de um programa. Por exemplo, Berniell e de la Mata (2017) observam grandes ganhos no emprego formal cinco anos após a participação no *Programa Primer Paso* em Córdoba, Argentina.

Além dessas intervenções específicas, é essencial abordar a ligação estrutural entre educação e informalidade. Como mencionado, a informalidade é significativamente mais prevalente entre os trabalhadores com menor nível de escolaridade. Aumentar o nível geral de escolaridade — sobretudo a conclusão do ensino superior — tem um duplo objetivo: fomenta o crescimento ao aumentar a produtividade em todos os tipos de emprego e reduz estruturalmente a prevalência da informalidade.

Para ampliar o capital humano, é necessário um salto qualitativo. As ações políticas devem começar na primeira infância, com investimentos em saúde, nutrição, formação parental e educação infantil universal de alta qualidade. No ensino fundamental e médio, as prioridades devem se concentrar na melhoria da aprendizagem e na redução da evasão escolar, na atualização dos currículos para incluir competências do século XXI, no fortalecimento da política de professores (seleção, carreira e remuneração competitiva) e no fornecimento de infraestrutura essencial. Por fim, no ensino superior e técnico, as principais ações devem incluir a expansão estratégica da capacidade pública, a melhoria da garantia de qualidade e o fomento de vínculos com empregadores, muitas vezes por meio de programas técnicos de ciclo curto. A integração de habilidades digitais em todos os níveis é uma ação transversal crucial.

Políticas setoriais e o futuro do emprego

O impacto da digitalização e da transformação verde no mercado de trabalho merece atenção especial, sobretudo no que diz respeito a seus efeitos potenciais sobre a informalidade. Essas transições desencadearão uma realocação significativa da mão de obra. As estimativas sugerem que 70% dos trabalhadores ocupam atualmente empregos “cinzentos” (intermediários entre marrons e verdes) e precisarão de novas competências para fazer a transição para o segmento crescente dos empregos verdes (Allub et al., 2024). Simultaneamente, a automação substituirá as atividades humanas em tarefas específicas. Se essa realocação não for gerenciada de modo eficaz, o deslocamento de trabalhadores poderá levar inadvertidamente a um aumento da informalidade.

Vários setores de serviços, em especial aqueles com alta prevalência de informalidade, provavelmente absorverão uma parte significativa da mão de obra deslocada pela automação e pela transição verde. Portanto, aumentar a produtividade e fomentar a formalização nos serviços é estratégico. Nesse contexto, a digitalização pode atuar como uma poderosa aliada. As novas tecnologias têm o potencial de complementar os trabalhadores de serviços de baixa e média qualificação e aumentar sua produtividade — por exemplo, quando a IA generativa auxilia os agentes de atendimento ao cliente ou as plataformas de logística expandem as capacidades dos pequenos comerciantes. Os esforços políticos devem, portanto, concentrar-se em acelerar a adoção dessas tecnologias complementares em setores não transacionáveis.

No entanto, para aproveitar essa oportunidade, é necessário superar uma barreira crítica. Os dados do PIAAC revelam que os trabalhadores informais sofrem de um enorme déficit em competências digitais básicas. Sem abordar essa lacuna, a digitalização corre o risco de aprofundar a desigualdade e reforçar ainda mais a informalidade. Consequentemente, as políticas públicas devem dar prioridade urgente à literacia digital para garantir que a força de trabalho possa se adaptar a essas mudanças estruturais.

Inovação mais inteligente

Evitar a armadilha da baixa inovação requer uma política pública ativa que fortaleça tanto os incentivos quanto as capacidades das empresas para inovar e cooperar. Esta seção organiza o conjunto de recursos políticos em quatro categorias: instrumentos de apoio financeiro, ferramentas para desenvolver capacidades internas das empresas, iniciativas para troca de conhecimento e cocriação, e ações para fortalecer facilitadores cruciais. A elaboração do portfólio de políticas deve depender do nível de desenvolvimento e da sofisticação do ecossistema de inovação local (Maloney et al., 2025).

Para as economias em desenvolvimento, a adoção de tecnologias é uma prioridade. No entanto, por si só ela não é suficiente; a região também deve desenvolver capacidades de P&D. Inovações de ponta na agricultura, por exemplo, raramente são transferíveis “prontas para uso” nos climas, solos ou perfis de doenças exclusivos da região. Consequentemente, as capacidades científicas locais são essenciais, não apenas para a complexa tarefa de selecionar, avaliar e adaptar tecnologias globais às realidades locais, mas também para construir a base para, eventualmente, gerar inovações de ponta voltadas para os desafios mais urgentes da região. Dentro dessa agenda, a adoção de tecnologias digitais avançadas também é fundamental.

A transformação digital é uma força transversal que está transformando modelos de negócios, cadeias de valor e dinâmicas competitivas. No entanto, a digitalização também apresenta desafios profundos. A adoção generalizada de ferramentas digitais altera a composição das tarefas e os requisitos de habilidades, provocando uma intensa realocação de mão de obra que corre o risco de exacerbar a desigualdade e a informalidade. Mitigar essas perturbações requer políticas sociais complementares robustas. A estratégia da região para fortalecer seu ecossistema de inovação pode ser alavancada por sua relação com a Europa, líder global em inovação, particularmente em energia renovável, tecnologia limpa e digitalização. Como fonte importante de IED para a região, a UE também tem o potencial de complementar esses fluxos com transferência de conhecimento e transbordamentos para todo o ecossistema local.

Além disso, existem iniciativas concretas na estratégia da UE para a ALC. Um excelente exemplo é a Aliança Digital UE-ALC, lançada em março de 2023, que é um elemento central da estratégia Global Gateway e um pilar fundamental da parceria para promover a transformação digital inclusiva. Seu objetivo é fomentar a colaboração público-privada em áreas como regulação, conectividade, fluxos de dados, ecossistemas digitais e serviços espaciais. Os principais projetos incluem a expansão do cabo BELLA — uma ligação direta de fibra óptica de alta velocidade entre a Europa e a ALC — para criar uma espinha dorsal digital regional segura e o estabelecimento de um Acelerador Digital Regional UE-ALC para impulsionar a inovação entre startups e empresas. O conjunto de iniciativas também destaca projetos ligados à transição energética, como o fundo de hidrogênio renovável no Chile ou a eletrificação do transporte público na Costa Rica.

Iniciativas de apoio financeiro às empresas

A inovação e a adoção de tecnologia requerem capital paciente e tolerante ao risco que os mercados privados muitas vezes não conseguem fornecer. Para corrigir essa falta de oferta, os governos dispõem de um conjunto de instrumentos que podem ser agrupados em três categorias: apoio direto, instrumentos de dívida e instrumentos de *equity*.

Os instrumentos de apoio direto reduzem o custo da inovação por meio de transferências explícitas ou implícitas. Iniciativas comuns incluem subsídios para P&D, que são fundos competitivos usados para cofinanciar projetos específicos e complexos em empresas que já possuem em geral algumas capacidades internas de P&D. Eles permitem o financiamento estratégico de áreas com externalidades positivas elevadas, mas costumam acarretar altos custos administrativos. Os vouchers oferecem uma alternativa mais ágil para as PMEs adquirirem serviços. Eles são eficazes para iniciar colaborações de curto prazo, mas seu impacto de longo prazo depende de apoio complementar (Kleine et al., 2022). Por fim, os incentivos fiscais, que reduzem a carga tributária com base nos gastos de P&D da empresa, parecem ter um efeito mais rápido e robusto sobre o investimento privado do que os subsídios diretos (Beck et al., 2017; Jaumotte e Pain, 2005), mas enfrentam o risco de as empresas simplesmente reclassificarem despesas existentes.

Os instrumentos de dívida visam facilitar o acesso ao crédito, especialmente para as PMEs. Os *esquemas de garantia de crédito* mobilizam empréstimos privados ao assumir uma parte do risco do empréstimo. Seu principal desafio é gerenciar o risco moral, no qual os bancos podem relaxar em sua devida diligência. Penalizar os bancos com altas taxas de inadimplência e recompensar as carteiras de alto desempenho atenua esse problema. Programas bem elaborados, como o FOGAPE do Chile, demonstraram adicionalidade financeira e econômica. Da mesma forma, os *programas de crédito público direto* abordam as restrições de liquidez, mas correm o risco de excluir os credores privados ou de serem capturados por interesses políticos. Portanto, é fundamental visar às empresas com restrições de crédito, pois, caso contrário, esses programas correm o risco de financiar aquelas que não tinham restrições (Lazzarini et al., 2015). O *modelo de crédito de segundo nível*, em que um banco de desenvolvimento opera por meio de bancos comerciais, costuma ser superior, pois aproveita o conhecimento dos intermediários privados.

Por último, instrumentos de *equity* fornecem capital essencial para startups. Governos podem usar fundos de capital público direto para financiar *deep tech disruptivas* ou usar um “fundo de fundos” para investir em fundos de capital de risco privados. As evidências mostram que o *equity* público é mais efetivo quando investido em conjunto com o setor privado (Berger et al., 2024). Um último instrumento nesta categoria são os *incentivos fiscais para investidores* para quem investe em startups qualificadas. Isso ajuda a mobilizar capital de risco. Um desenho eficaz para esses incentivos inclui períodos mínimos de retenção para estimular o capital paciente e de longo prazo (Comissão Europeia, 2017).

Iniciativas para o desenvolvimento de capacidades de inovação

O capital financeiro é necessário, mas insuficiente para a inovação. As empresas, especialmente as PMEs, enfrentam uma “lacuna de capacidade” crítica — falta de conhecimento interno e de habilidades de gestão para transformar fundos em produtividade. Consequentemente, o apoio não financeiro é essencial. Três instrumentos são comumente utilizados para esse fim.

Os Serviços de Extensão Tecnológica auxiliam as empresas a identificar e adotar tecnologias e práticas de gestão existentes. Uma análise do trabalho realizado pelo programa Start-Up Chile constatou que, embora o financiamento básico e os espaços de *coworking* por si sós não tivessem um efeito significativo, sua combinação com treinamento estruturado e mentoria impulsionou significativamente o desempenho dos empreendimentos (Gonzalez-Uribe e Leatherbee, 2017).

Os serviços de consultoria empresarial e treinamento fortalecem o planejamento estratégico, a gestão financeira e o marketing. Essas ferramentas abordam diretamente as falhas de gestão, um obstáculo significativo à inovação. Por fim, a incubação e a aceleração oferecem às startups pacotes de apoio intensivo, incluindo mentoria e acesso à rede. As incubadoras se concentram em ideias em estágio inicial, enquanto as aceleradoras têm como foco a fase de crescimento. Evidências da Start-Up Chile indicam que agregar esses serviços a um treinamento estruturado é crucial (Gonzalez-Uribe e Leatherbee, 2017).

Um desafio crítico desse grupo de ferramentas é a relação custo-benefício. Intervenções de alto impacto, como consultoria, são dispendiosas. Programas eficazes abordam isso em camadas: oferecendo ferramentas digitais leves para um alcance amplo enquanto reservam suporte intensivo para empresas de alto potencial. Além disso, exigir cofinanciamento atua como um mecanismo de filtragem necessário, garantindo o compromisso das empresas. Por fim, uma avaliação rigorosa é fundamental para quantificar tanto o impacto quanto os custos.

Iniciativas para o intercâmbio de conhecimento e cocriação

As políticas modernas visam criar ecossistemas que transformem atores isolados em redes interconectadas para maximizar transbordamentos de conhecimento e resolver falhas de coordenação. Infelizmente, pesquisas sobre inovação revelam uma escassez de projetos colaborativos de P&D e uma formação limitada de clusters para a ALC (OMPI, 2024). Para preencher essas lacunas, os governos podem empregar instrumentos como clusters e subsídios colaborativos para P&D.

Os programas de desenvolvimento de clusters fomentam externalidades de aglomeração por meio de orientação estratégica, assistência técnica e bens públicos compartilhados. As evidências confirmam seu potencial: os Arranjos Produtivos Locais

do Brasil aumentaram o emprego nas PMEs em 17% (Figal Garone et al., 2015). Para enfrentar desafios como o direcionamento inadequado e a captura da governança, as melhores práticas sugerem uma abordagem em etapas: começar com diagnósticos rigorosos para identificar vantagens comparativas latentes — em vez de preferências políticas — e transferir gradualmente a governança para o setor privado.

As parcerias público-privadas de P&D são um dos pilares da política de inovação moderna, concebidas para eliminar a desigualdade entre as comunidades científica e empresarial. Instrumentos como subsídios colaborativos para P&D e consórcios de pesquisa visam explicitamente à cocriação de conhecimento, combinando o know-how de mercado da indústria com a expertise acadêmica para produzir inovações comercialmente relevantes. Essas parcerias favorecem as externalidades do conhecimento: um estudo chileno descobriu que, embora os subsídios individuais melhorassem a produtividade dos beneficiários, apenas os subsídios colaborativos geravam efeitos positivos para outras empresas (Crespi et al., 2020).

Ações para os principais facilitadores da inovação

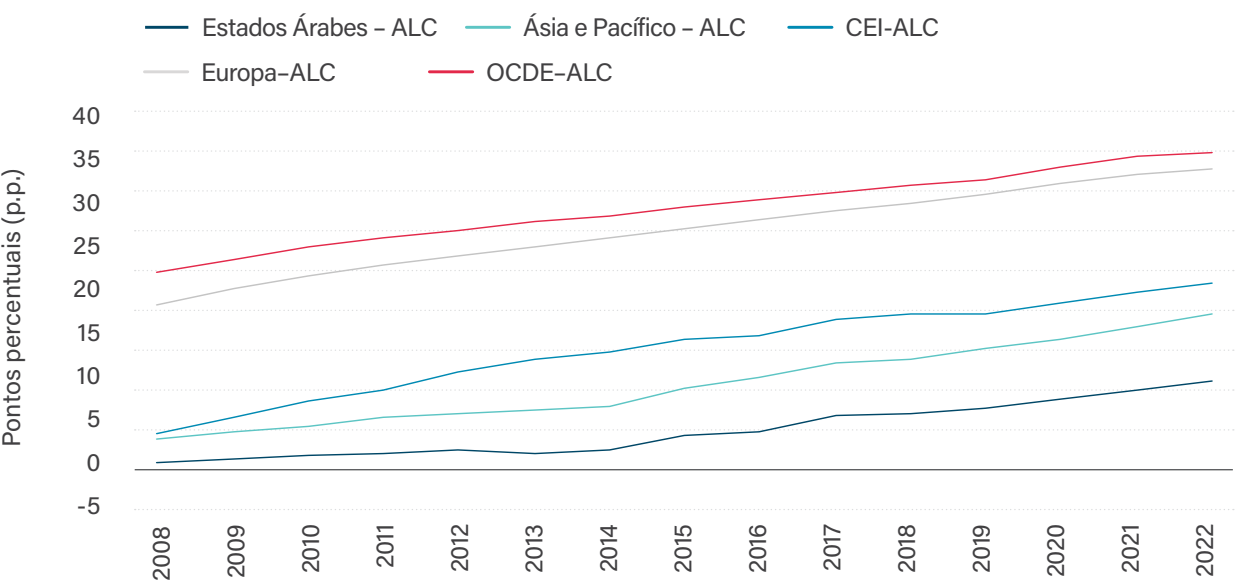
A eficácia das políticas de apoio direto e colaboração é muito limitada sem uma base sólida de condições propícias. Embora o espectro completo de facilitadores seja amplo, o foco aqui está em dois que estão intrinsecamente ligados à agenda de políticas de inovação: conectividade digital e sistemas públicos de pesquisa.

A região enfrenta uma desigualdade crítica de conectividade digital que atua como um gargalo fundamental para a transformação digital. Embora 73% da população tenha acesso à internet, esse nível ainda está aquém do mundo desenvolvido (90%). Enquanto a desigualdade na penetração da banda larga aumenta, a desigualdade de qualidade é ainda mais grave: as velocidades médias de download nos países de alta renda são 75% mais rápidas do que a média regional, e persistem divisões acentuadas entre as áreas urbanas e rurais (Gráfico 18). Para eliminar essa lacuna, o relatório recomenda quatro ações concretas: (1) promover investimentos públicos e privados para expandir o acesso à banda larga de alta qualidade, especialmente em áreas subatendidas; (2) modernizar os marcos regulatórios para fomentar a concorrência e o investimento no setor de telecomunicações; (3) fortalecer a infraestrutura institucional, estabelecendo marcos claros para a segurança cibernética e a proteção de dados, a fim de construir confiança; e (4) investir em competências digitais entre a população para fomentar a adoção digital.

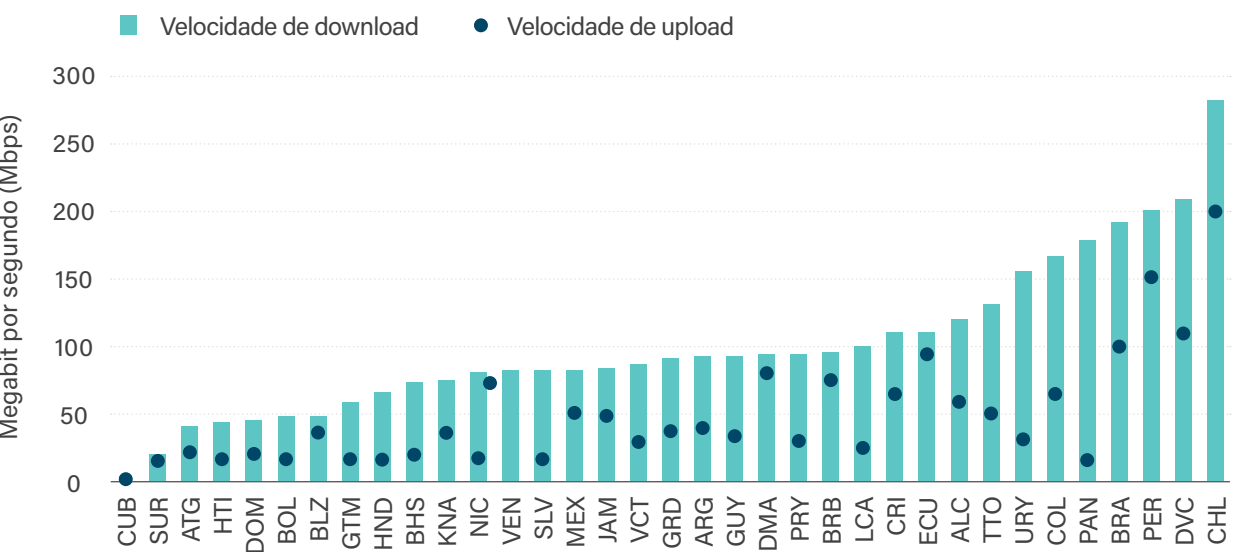
Gráfico 18

Lacunas na infraestrutura digital

Painel A. Lacuna de conectividade, banda larga fixa (2008-2022)



Painel B. Velocidade máxima de download do serviço de internet em conexões fixas por país



Nota: A lacuna de conectividade refere-se à diferença na penetração da banda larga fixa entre as diferentes regiões do mundo e a ALC, subtraindo os resultados em pontos percentuais (p.p.). A velocidade de download mede a rapidez com que os dados podem ser transferidos de um servidor de internet para um dispositivo, enquanto a velocidade de upload mede a rapidez com que os dados são enviados de um dispositivo para a internet. A velocidade, medida em megabits por segundo, corresponde às velocidades medianas registradas em dezembro de 2024. DVC corresponde à média simples dos países desenvolvidos disponíveis: França, Itália, Japão, Coreia, Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.

Fonte: Os autores com base no Observatorio de Desarrollo Digital (2025a, 2025b).

Além de melhorar a conectividade digital, um ecossistema de inovação vibrante depende de um sistema público de pesquisa sólido. Tal sistema é fundamental para gerar conhecimento e capital humano avançado relevante para o setor produtivo. Para progredir, o relatório recomenda: (1) utilizar um portfólio de financiamento equilibrado que combine subsídios competitivos (para promover a excelência) com financiamento institucional (para proporcionar estabilidade); (2) investir em infraestrutura científica moderna e promover ativamente parcerias público-privadas para diminuir a distância entre a academia e a indústria; e (3) reformar os sistemas de avaliação de desempenho dos pesquisadores para valorizar não apenas as publicações acadêmicas, mas também a transferência de tecnologia, o patenteamento e o impacto social.

Melhor integração

Apesar dos esforços de liberalização empreendidos pela ALC, mais evidentes nas reduções tarifárias, os custos comerciais continuam elevados. No entanto, o ambiente protecionista global atual não exige uma liberalização unilateral rápida. As grandes economias estão profundamente engajadas em negociações transacionais impulsionadas por seus próprios interesses estratégicos. Nesse contexto, as medidas de proteção comercial remanescentes na ALC são abordadas de melhor maneira por meio de negociações que buscam concessões da outra parte, idealmente coordenadas em nível regional para aumentar o poder de barganha.

Ao mesmo tempo, há uma agenda de integração pendente que pode progredir de modo amplamente independente da dinâmica do comércio global. Deve-se dar prioridade às políticas que aumentam a eficiência das transações comerciais, incluindo a melhoria dos mercados e da infraestrutura de transporte, a reavaliação das medidas não tarifárias e a facilitação do comércio. Além disso, a diplomacia desempenha um papel crucial na redução das barreiras à informação e na resolução de falhas de coordenação por meio da identificação de oportunidades mutuamente benéficas com parceiros comerciais e da conexão dos produtores nacionais com a demanda externa.

Tarifas

A maioria das economias da região mantém níveis tarifários acima dos níveis globais, com grande dispersão entre bens e origens. Embora uma redução unilateral das tarifas no contexto atual não seja de aconselhável de modo geral, há margem para reduzir as distorções.

Em alguns casos, as tabelas tarifárias atingem valores extremos — acima de 180% para certas combinações de mercadorias-origem-destino na CARICOM e mais de 240% em partes da Mesoamérica — criando distorções e perdas de eficiência. Em alguns setores, as estruturas tarifárias geram até mesmo proteção negativa, em que a estrutura tarifária incide inadvertidamente sobre os insumos de um setor com uma tarifa média mais alta do que sua produção, o que prejudica a competitividade.¹¹

11. Por exemplo, estimativas para o Brasil mostram que as tarifas efetivas em 2015 foram negativas para 7 dos 41 setores na divisão setorial da economia utilizada (Bloch, Soares, 2019).

Uma dispersão elevada também cria incentivos para a evasão fiscal e a corrupção: a classificação incorreta das importações ou a reorganização da produção permite que as empresas evitem uma parte significativa das tarifas que devem pagar. O outro lado da moeda é que a fiscalização se torna mais dispendiosa e exigente, e essas distorções geram perda de eficiência e má alocação de recursos. Uma abordagem pragmática consiste em simplificar as tabelas tarifárias, reduzindo gradualmente as categorias mais protegidas até que convirjam para o nível médio do setor.

Os parceiros comerciais da ALC aplicam tarifas relativamente mais altas aos setores centrais para a cesta de exportações da região. Os produtos agropecuários brutos e os produtos agroindustriais são os setores com as tarifas de NMF mais elevadas na UE, nos EUA e na ASEAN+3, com picos superiores a 200%. A redução dessas tarifas continua sendo uma prioridade nas negociações comerciais e é um dos domínios controversos do acordo comercial Mercosul-UE atualmente em revisão.

Por fim, há uma margem significativa para reduzir as tarifas intrarregionais a fim de fortalecer a integração na ALC. Por exemplo, o Mercosul e a Comunidade Andina impõem níveis tarifários ao Mercado Comum Centro-Americano e à CARICOM que são tão altos quanto os aplicados a regiões desenvolvidas e de alta produtividade, como a UE.

Medidas não tarifárias e facilitação do comércio

Os procedimentos administrativos alfandegários e as medidas não tarifárias (MNT), incluindo normas técnicas, normas sanitárias e fitossanitárias, e medidas não técnicas de proteção comercial, frequentemente impõem barreiras mais elevadas do que as próprias tarifas.

Medidas técnicas são componentes necessários da política comercial e podem ter efeitos positivos ao aumentar as informações disponíveis, facilitar comparações e sinalizar que produtos são seguros para os consumidores. Elas são particularmente relevantes para itens agrícolas e alimentícios, sobretudo nos requisitos sanitários e fitossanitários. No entanto, uma prevalência comparativamente grande também pode ser um indício de protecionismo oculto. Além disso, as diferenças regulatórias entre os parceiros reduzem de modo significativo o comércio: um aumento de 10% na divergência regulatória diminui a probabilidade de comércio em cerca de 1,2 ponto percentual e reduz os volumes comerciais em 3,5%, com efeitos ainda mais fortes na agricultura (Blyde, 2024).

Dados da UNCTAD indicam que as medidas técnicas na região são menos numerosas do que na UE ou nos EUA, especialmente para produtos animais e alimentícios, mas a diversidade das normas nacionais e a ausência de mecanismos de reconhecimento mútuo tornam a conformidade onerosa para as empresas. Em contrapartida, o uso de medidas não técnicas é mais prevalente na ALC. Estruturas de proteção ambiental, como o EUDR, são evidentes no número de medidas técnicas que afetam setores da agricultura e da agroindústria. O apoio estatal no estabelecimento de colaborações para superar tais barreiras é de importância central para o fortalecimento dos laços com a UE.

Para enfrentar esse desafio, é necessária uma agenda dupla de convergência regulatória e modernização digital. A convergência envolve o alinhamento das normas técnicas e sanitárias com as dos principais mercados e entre os parceiros regionais, a fim de evitar controles duplicados e a obrigatoriedade de variantes de produtos adaptadas a diferentes regulações. Da mesma forma, a harmonização dos procedimentos alfandegários — em especial por meio do reconhecimento mútuo e de regras de origem simplificadas — fortaleceria as cadeias de valor regionais.

As tecnologias digitais podem melhorar drasticamente a eficiência: ferramentas baseadas em IA podem analisar descrições técnicas de produtos para sinalizar riscos, enquanto a digitalização e os sensores de internet das coisas (IoT, sigla em inglês) ampliam a rastreabilidade e facilitam a conformidade com os requisitos de segurança e ambientais. Os sistemas de balcão único permitem que as empresas enviem documentações uma única vez e as compartilhem automaticamente com as autoridades alfandegárias, sanitárias e fiscais. Exemplos regionais bem-sucedidos, como o Portal Único de Comércio Exterior do Brasil e os certificados fitossanitários eletrônicos do Uruguai, reduziram pela metade o tempo de liberação e diminuíram os custos de conformidade em porcentagens de dois dígitos.

Como a modernização administrativa e a reforma regulatória são fortemente complementares à adoção de tecnologias, os procedimentos alfandegários devem ser redesenhados para aproveitar as tecnologias digitais disponíveis. Uma abordagem integrada desse tipo pode reduzir os atrasos nas fronteiras, diminuir a incerteza e tornar o ambiente comercial da região mais transparente e previsível.

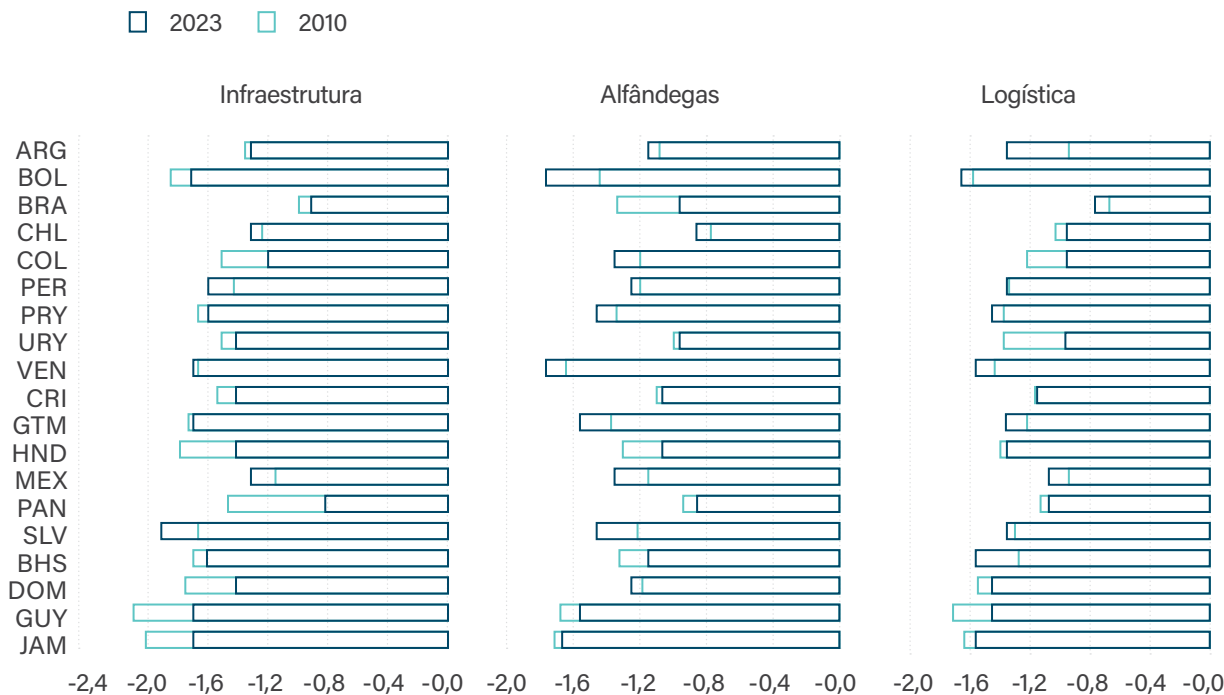
Custos de transporte

A infraestrutura de transporte e o desempenho logístico são fatores determinantes dos custos comerciais. A geografia da ALC, combinada com o subinvestimento e as redes fragmentadas, eleva os custos e limita os fluxos intrarregionais.

Uma análise das margens CIF-FOB (a relação entre o preço das mercadorias após o pagamento dos custos de transporte e seguro e o preço no porto de origem) mostra que, em média, as despesas de transporte para as exportações intrarregionais na América do Sul são as mais elevadas entre as principais regiões do mundo — bem acima das registradas na América do Norte ou na Europa. O comércio da região depende muito das rotas marítimas, mesmo para distâncias curtas, refletindo a conectividade terrestre inadequada.

O Índice de Desempenho Logístico (LPI, sigla em inglês) do Banco Mundial mostra que todos os países da ALC ficam atrás dos padrões norte-americanos em cerca de 1,3 ponto em competência logística e eficiência alfandegária e em 1,5 ponto em qualidade de infraestrutura, em uma escala de 0 a 5. O Panamá, o Brasil, o Uruguai e o Chile apresentam o melhor desempenho na região, mas as diferenças continuam grandes. Por fim, embora a infraestrutura tenha apresentado algumas melhorias na maioria dos países desde 2010, especialmente no Panamá, na Guiana e em Honduras, nas áreas de alfândega e logística elas foram, na melhor das hipóteses, modestas (Gráfico 19).

Gráfico 19
Pontuações do LPI por países e referências, 2010 e 2023



Nota: O gráfico mostra a diferença nos respectivos componentes do Índice de Desempenho Logístico (LPI) para cada país, como uma diferença em relação ao valor para a média Canadá-EUA, para os anos de 2010 e 2023. Os países estão ordenados alfabeticamente dentro das sub-regiões: América do Sul, Mesoamérica e CARICOM+3. O índice e seus componentes podem assumir valores de 0 a 5. Os níveis da média Canadá-EUA para infraestrutura, logística e alfândega são de 4,09, 3,95 e 3,69 para 2010, e de 4,10, 4,05 e 3,85 para 2023.

Fonte: Os autores com base no Banco Mundial (2025).

A redução dos custos de transporte requer investimentos significativos e contínuos em infraestrutura, complementados por reformas de mercado. Nesse contexto, as expansões e melhorias na infraestrutura de transporte devem colocar a resiliência em primeiro plano. Isto é particularmente crítico para o Caribe, uma das mais vulneráveis do mundo pela exposição a condições climáticas extremas. Furacões, inundações e aumento do nível do mar danificam repetidamente as redes rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, prejudicando a conectividade e impondo perdas econômicas persistentes. Uma análise recente comparando infraestruturas padrão e resilientes em Barbados, Jamaica e Dominica — países com diferentes níveis de risco climático — mostra que projetos resilientes compensam consistentemente os impactos econômicos negativos de eventos climáticos extremos e geram ganhos líquidos que excedem seus custos iniciais mais elevados (Brichetti et al., 2025).

Uma estratégia sólida de infraestrutura de transporte começa com um planejamento estratégico de longo prazo para orientar as decisões de investimento, garantir os recursos para investimentos contínuos e equilibrar adequadamente a expansão da infraestrutura com as obras de manutenção. Em relação ao transporte, em segmentos competitivos — como o aéreo e o rodoviário — a abertura dos mercados pode reduzir os preços, enquanto setores que apresentam características de monopólio natural, incluindo portos, aeroportos e ferrovias, exigem forte capacidade regulatória ou provisão pública direta.

A mobilização de capital privado por meio de parcerias público-privadas também é essencial para eliminar as lacunas persistentes em termos de investimento. Ao mesmo tempo, os governos devem equilibrar os gastos com novas construções com orçamentos de manutenção adequados, aproveitando as tecnologias digitais para monitorar as condições da infraestrutura e alocar recursos de modo eficiente. O planejamento do transporte precisa estar alinhado com o desenvolvimento produtivo e as estratégias comerciais para que a infraestrutura apoie a diversificação e o crescimento das exportações. Por fim, a coordenação entre países vizinhos é indispensável para projetos bi ou plurinacionais, garantindo que os investimentos transfronteiriços reduzam os gargalos e facilitem uma integração regional mais profunda.

Promoção das exportações e oportunidades setoriais para a integração

Para liberar todo o potencial de integração, os governos podem catalisar ativamente o comércio, fornecendo bens públicos específicos para cada setor, reduzindo os entraves de informação e resolvendo falhas de coordenação para ajudar novos exportadores a entrar e permanecer nos mercados externos.

A diplomacia inteligente alinha a liderança política, as negociações técnicas e as ações do setor privado para abrir mercados externos por meio de advocacy setorial, apoio de alto nível e missões técnicas sincronizadas. Seu principal mecanismo é reduzir as desigualdades de informação que afetam os exportadores iniciantes e as exportações para novos destinos. Essas micropolíticas comerciais complementam reformas mais amplas e são especialmente eficazes quando combinadas com acesso preferencial ao mercado, facilitação do comércio e “mesas-redondas de exportação” que coordenam agências e empresas.

Evidências de programas como o *Exporta Fácil*,¹² que otimizou significativamente os procedimentos para a exportação de pequenas encomendas, mostra fortes efeitos na

12. Exporta Fácil é uma iniciativa cooperativa entre órgãos governamentais, autoridades alfandegárias e serviços postais nacionais que reduz significativamente o custo e a burocracia da exportação de pequenas encomendas com valor até um limite definido (inicialmente US\$ 10.000, posteriormente elevado para US\$ 50.000). O programa reduziu o número de documentos necessários para exportar, dispensou a necessidade de um operador aduaneiro e contou com o serviço postal, dispensando as PMEs de se deslocarem à capital ou a cidades portuárias para realizar uma operação de exportação. Foi implementado no Brasil, na Colômbia, no Equador, no Peru e no Uruguai.

margem extensiva — mais empresas e produtos exportando —, destacando que os gargalos estão concentrados na fase de entrada. O apoio à área de P&D permite ainda a adaptação dos produtos, a melhoria da qualidade e a diferenciação, aumentando o valor agregado nas exportações.

Uma agenda de integração estratégica também requer bens públicos locais que permitam vínculos mais profundos com a UE. A Europa opera sob padrões regulatórios em matéria de trabalho, inclusão e proteção ambiental que estão entre os mais ambiciosos do mundo. Para que as empresas da ALC mantenham e expandam o acesso ao mercado da UE, elas devem ser capazes de demonstrar conformidade com esses altos padrões, o que, por sua vez, exige bens públicos essenciais — tais como sistemas de rastreabilidade robustos para produtos agrícolas e pecuários — que permitam aos produtores certificar que seus produtos não estejam ligados ao desmatamento ou a outros danos ambientais, em conformidade com o EUDR.

Por fim, além das políticas comerciais, a agenda de integração também deve abordar um conjunto de barreiras comerciais concomitantes prevalentes na região: capacidade estatal desigual e presença de atividades ilegais. Em primeiro lugar, a qualidade institucional varia amplamente na ALC. Para instituições e agências relacionadas ao comércio, isso significa que normas sanitárias e técnicas formalmente idênticas ou harmonizadas entre os países não são aplicadas com capacidade comparável. Como resultado, os controles muitas vezes precisam ser duplicados, mesmo dentro de uniões aduaneiras, prejudicando o valor dos novos acordos comerciais.

Além disso, a corrupção, o crime organizado e outras atividades ilegais continuam sendo preocupações legítimas para os parceiros comerciais em outras regiões. Enfrentar esses desafios internamente é, portanto, uma alavanca complementar crítica, com ganhos potenciais significativos para a integração regional.

Fatores facilitadores

O sucesso da agenda de crescimento descrita anteriormente requer três pilares fundamentais: um Estado ágil, capaz de facilitar estratégia; finanças públicas sólidas para garantir estabilidade e financiamento; e um amplo consenso social para garantir a viabilidade política das reformas. Isso, por sua vez, exige uma implementação gradual de intervenções e a formação proativa de coalizões, juntamente com políticas de apoio aos grupos vulneráveis afetados no curto prazo.

O Estado: de pedágio a facilitador estratégico

Para impulsionar o crescimento, é necessário um Estado com fortes capacidades institucionais e um marco regulatório ágil. Quando essas capacidades são fracas, as regulações e as atividades do Estado tornam-se “pedágios” que desestimulam o investimento, distorcem a alocação de recursos, promovem a informalidade e, em última instância, prejudicam a produtividade. Uma alta capacidade do Estado

também é essencial para projetar e implementar os diversos instrumentos e iniciativas exigidos pela agenda de desenvolvimento, bem como para melhorar a arrecadação de impostos e a eficiência dos gastos públicos.

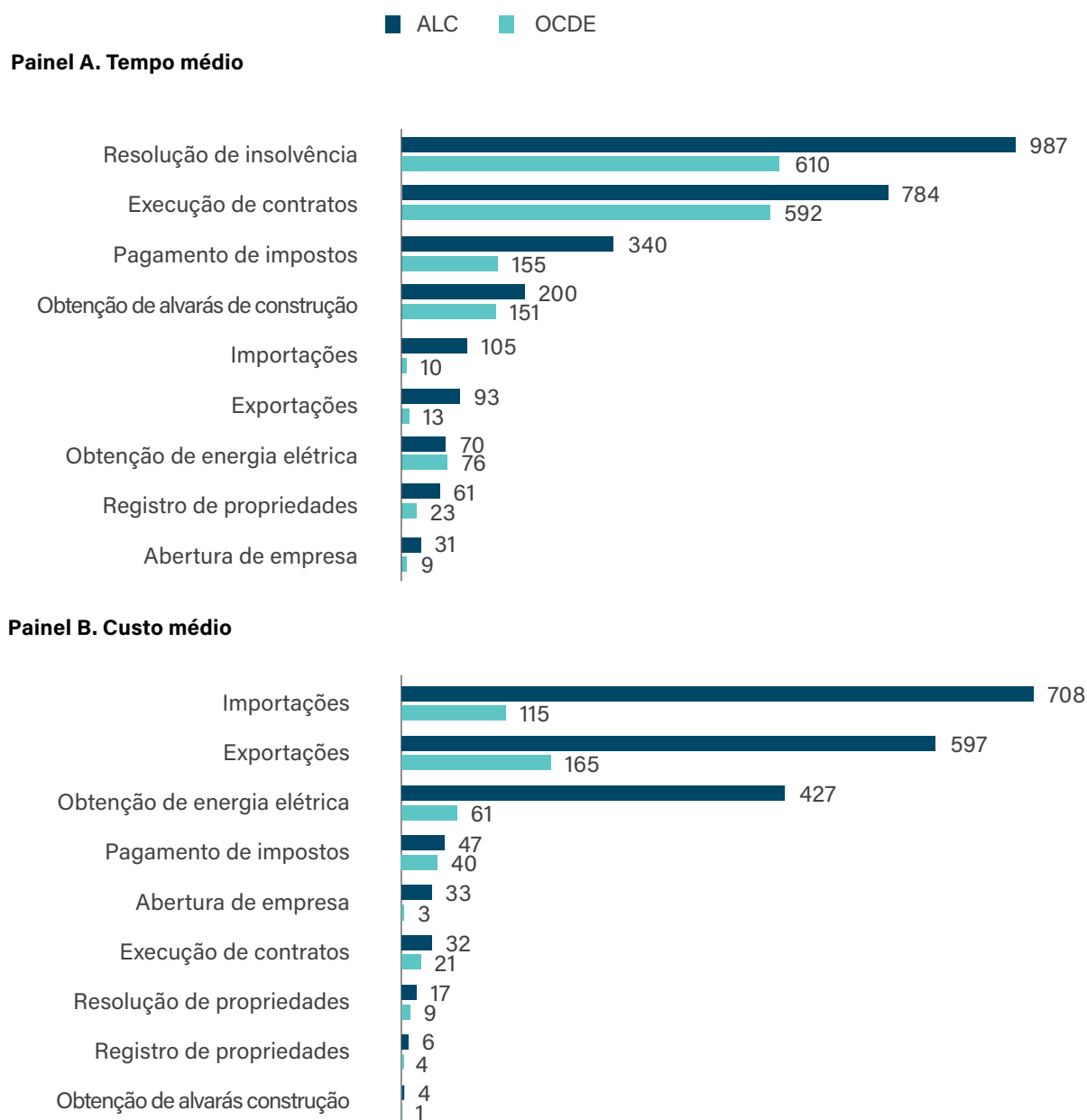
Embora a ALC tenha feito progressos na simplificação da burocracia, a carga administrativa continua desproporcionalmente elevada. Por exemplo, abrir uma empresa custa dez vezes mais e o tempo necessário para realizar transações comerciais transfronteiriças é nove a dez vezes maior do que nas economias da OCDE (Gráfico 20). Da mesma forma, os dados do novo programa Business Ready (B-Ready) do Banco Mundial confirmam essa lacuna, destacando uma desconexão entre as leis *de jure* e a realidade *de facto*: a região tem uma pontuação relativamente boa no pilar Estruturas Regulatórias (a lei nos livros), mas tem um desempenho significativamente pior nos pilares serviços públicos (implementação) e eficiência operacional (percepção das empresas).

O problema é mais profundo do que a mera burocracia; ele decorre de habilidades e incentivos burocráticos deficientes, agravados por uma governança regulatória inadequada. Esse déficit de governança é evidente no uso inconsistente das Avaliações de Impacto Regulatório (AIR), o que impede uma análise adequada de custo-benefício, e na cultura predominante de “regular e esquecer”, que carece de avaliação *ex post*, levando a um acúmulo de regras obsoletas. Além disso, o engajamento das partes interessadas é muitas vezes superficial e opaco, aumentando o risco de captura, enquanto a fraca coordenação entre os níveis governamentais gera frequentemente duplicações dispendiosas e contradições regulatórias.

Transformar o Estado em um facilitador estratégico requer a institucionalização de reformas profundas. Em primeiro lugar, o ciclo regulatório deve operar com base na lógica de prevenção (*ex ante*) e correção (*ex post*). Um Estado ágil precisa institucionalizar as AIRs e aumentar a transparência para controlar a qualidade antes que novas regras sejam criadas. Simultaneamente, ele deve reavaliar e otimizar o acervo regulatório existente por meio de avaliações *ex post* e de programas de simplificação sistemática para eliminar normas obsoletas. Essa mudança também exige regulações flexíveis e baseadas em riscos que sejam adequadas ao contexto e proporcionais aos riscos. Por exemplo, as regulações bancárias gerais podem ser inadequadas para startups de fintech, que são relativamente pequenas e apresentam menos riscos sistêmicos. As sandboxes regulatórias podem permitir testar e calibrar adequadamente novas regulações. Para operacionalizar essa agilidade, a digitalização para reformulação é a alavanca central que permite tornar as interações governamentais mais rápidas, baratas e transparentes. No entanto, a meta é simplificar os processos primeiro, garantindo que o Estado não se limite a “digitalizar a burocracia existente”. Isso se alcança por meio de balcões únicos que permitam aos cidadãos cumprir todos os procedimentos para uma tarefa que pode envolver várias agências governamentais, como o registro de uma empresa, e a interoperabilidade de dados (o princípio “coletar uma vez, usar muitas vezes”) para eliminar procedimentos redundantes.

Gráfico 20

Carga regulatória: ALC e OCDE, 2020



Nota: Painel A — O tempo é medido da seguinte forma: pagamento de impostos em horas por ano; importações e exportações em horas. Painel B — Os custos são medidos da seguinte forma: abertura de empresa e obtenção de eletricidade como porcentagem da renda per capita; obtenção de alvarás de construção como porcentagem do valor do estoque; registro de propriedades como porcentagem do valor da propriedade; pagamento de impostos como porcentagem do lucro; execução de contratos como porcentagem da ação judicial; resolução de insolvência como porcentagem do patrimônio; e exportações e importações em dólares norte-americanos. A OCDE inclui apenas países de alta renda.

Fonte: Os autores com base no relatório *Doing Business* (Banco Mundial, 2020).

Por fim, a sustentabilidade dessas reformas depende do fortalecimento das capacidades e da coordenação. As reformas fracassam sem o capital humano necessário para implementá-las, tornando cruciais os investimentos nas habilidades dos funcionários públicos e a criação de mecanismos formais de coordenação em vários níveis. O sucesso depende da liderança política e da luta contra a captura. A reforma regulatória requer uma liderança forte e sustentada no mais alto nível para superar a inércia burocrática, juntamente com total transparência para dismantelar a resistência de grupos de interesse.

Financiamento do desenvolvimento sob pressões fiscais

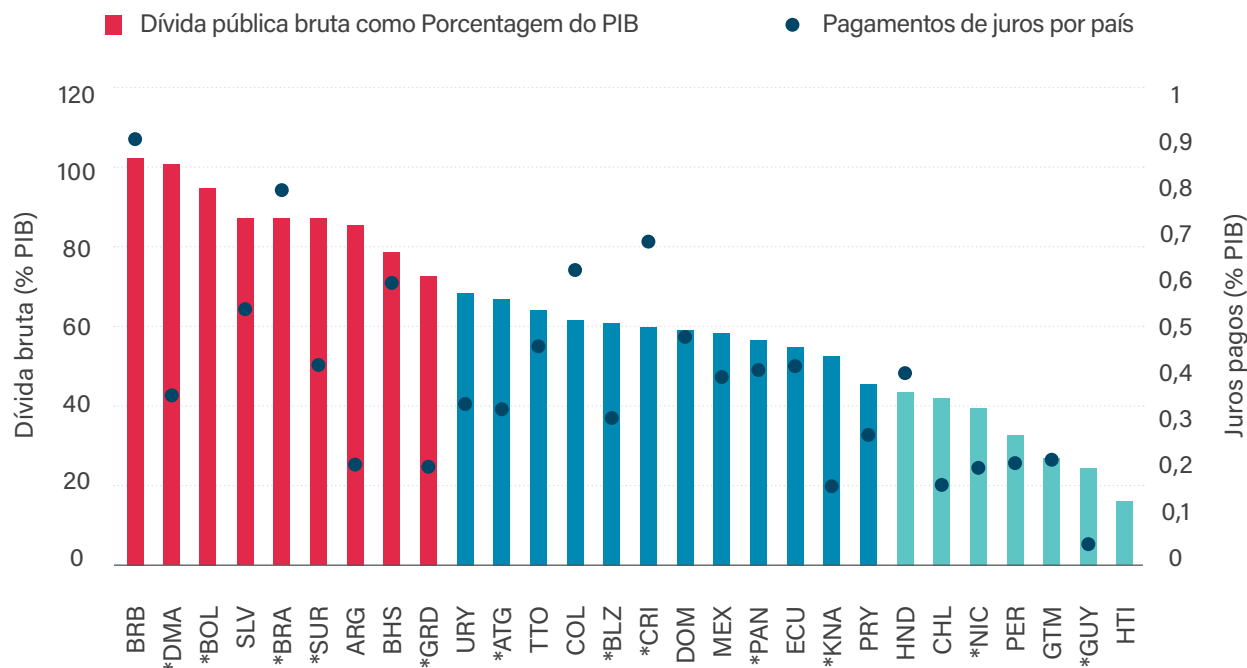
Finanças públicas sólidas são essenciais para o crescimento. A falta de espaço fiscal limita a capacidade do Estado de realizar investimentos que aumentem a produtividade, enquanto os desequilíbrios fiscais exacerbam as vulnerabilidades macroeconômicas. Infelizmente, as finanças públicas da região apresentam fragilidades estruturais e enfrentam uma pressão crescente.

De 2017 a 2024, os gastos do governo permaneceram estáveis entre 20% e 21% do PIB, atingindo um pico de 23,8% em 2020, devido à pandemia. Esses gastos são dominados pelas despesas correntes (82% do total em 2023), em contraste com o investimento de capital persistentemente baixo. O desequilíbrio é agravado por grandes ineficiências nos gastos públicos da região.

A maioria dos países apresenta déficits fiscais (ou seja, primário mais serviço da dívida), embora cerca da metade mantenha superávits primários. Como resultado dos déficits persistentes e das medidas relacionadas à pandemia, a dívida pública bruta média na ALC atingiu 74% do PIB em 2023. No entanto, há uma grande heterogeneidade na região, com índices que variam de menos de 40% a quase 100%.

Uma preocupação crescente é o aumento do custo do serviço da dívida. A média regional dos pagamentos de juros subiu de 2,3% do PIB em 2017 para 2,8% em 2024. Em alguns países, esses pagamentos limitam os gastos com desenvolvimento. (Gráfico 21).

Gráfico 21
Dívida bruta das administrações públicas em percentagem do PIB, 2024



Nota: As barras mostram a dívida bruta das administrações públicas como percentagem do PIB. Os valores marcados com (*) correspondem às estimativas para 2024. O vermelho indica países com dívida bruta acima de 70% do PIB; o azul escuro sinaliza países com dívida de 45% a 70% do PIB; e o azul claro se refere a países com dívida abaixo de 45% do PIB. Os pontos representam os pagamentos de juros por país em 2024. Para Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, São Cristóvão e Névis, e Suriname, os dados mais recentes referem-se a 2023.

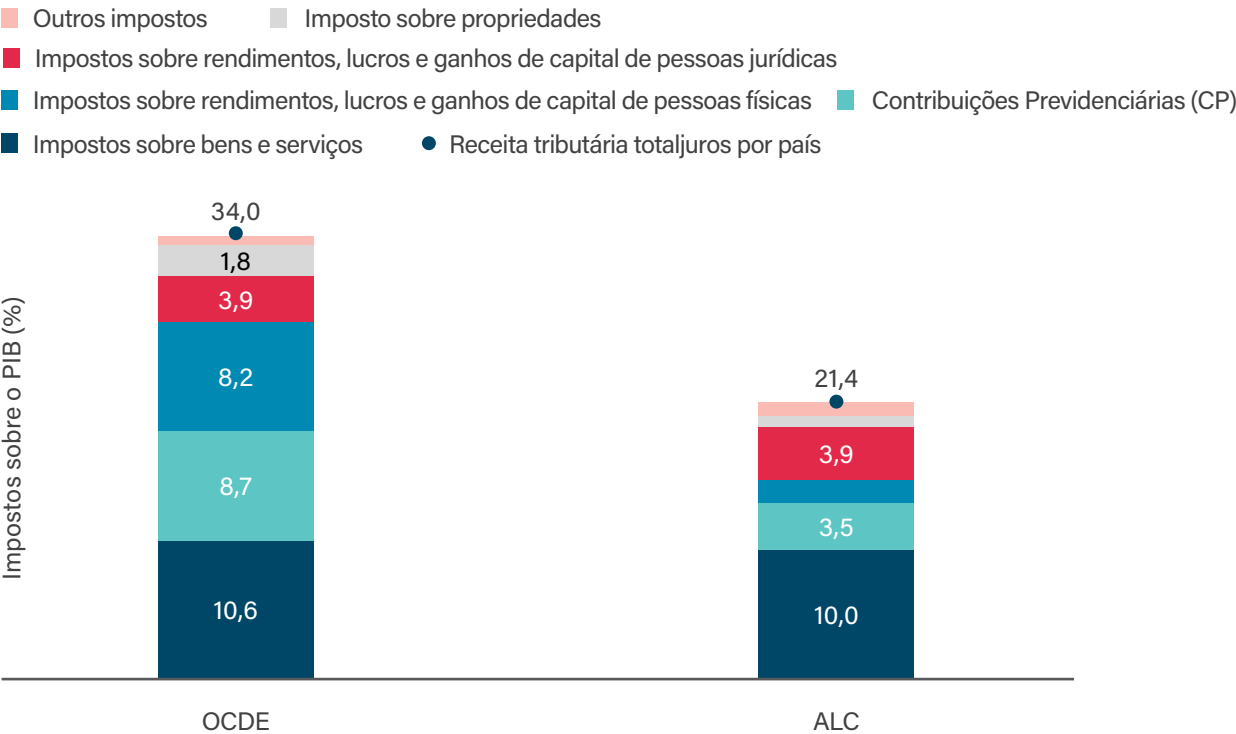
Fonte: Os autores com base nos dados do World Economic Outlook (FMI, 2025) e da CEPAL (2024).

Olhando para o futuro, essa situação é agravada por novas pressões decorrentes do envelhecimento da população, que aumenta os gastos com aposentadorias/pensões e saúde; pela transição energética, que exige novos investimentos públicos em mitigação ao mesmo tempo que corrói as receitas dos países ricos em hidrocarbonetos; e pelo aquecimento global, que exige investimentos em adaptação e medidas para superar os efeitos sociais e econômicos dos desastres naturais. Lidar com esse cenário requer uma estratégia multifacetada: implementar reformas fiscais internas, melhorar a eficiência dos gastos e alavancar a cooperação internacional.

Uma prioridade crítica é o fortalecimento dos sistemas tributários. Em 2023, a receita tributária média da ALC ficou em 21,3% do PIB, significativamente abaixo da média da OCDE, de 33,9%. As estruturas tributárias regionais continuam dominadas pelos impostos indiretos (responsáveis por 47% da receita total), enquanto o imposto de renda pessoal continua sendo um “pilare ausente”, contribuindo com apenas 2% do PIB, em comparação com 8,2% na OCDE (Gráfico 22).

Gráfico 22

Relação entre impostos e PIB, médias da ALC e da OCDE, 2022



Nota: Receita tributária em porcentagem do PIB.

Fonte: Os autores com base em dados da OCDE (2024).

Portanto, o aumento necessário na arrecadação de impostos terá que depender, em parte, da tributação pessoal. O desafio não é apenas o nível das alíquotas, mas a amplitude da base tributária. Na ALC, os indivíduos só passam a ser tributados pelo imposto de renda quando seus rendimentos excedem 1,4 vez o PIB per capita, em comparação com apenas 0,31 vez na Europa. Consequentemente, as reformas devem se concentrar na ampliação da base tributária, na redução das isenções e na revisão dos limites. Como a informalidade e a evasão fiscal continuam sendo grandes obstáculos, esses esforços exigem tanto uma fiscalização mais rigorosa quanto políticas que reforcem a “moral tributária”.

Os países também devem explorar outras fontes de receita, incluindo impostos sobre a propriedade, ecológicos e sobre a mineração, embora estes últimos exijam fundos de estabilização transparentes para gerir a volatilidade das matérias-primas.

Uma segunda estratégia envolve o aproveitamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) e dos títulos temáticos. Os BMDs atuam como catalisadores para atrair capital privado; as evidências mostram que o envolvimento dos BMDs pode gerar um multiplicador de 4,4, o que significa que cada dólar investido mobiliza quatro dólares adicionais de terceiros. Ao mesmo tempo, os títulos temáticos (GSSS) tornaram-se uma fonte fundamental de financiamento para a ALC. Em 2023, eles representaram 35% de todos os títulos internacionais emitidos na região, um aumento significativo em relação aos 9,3% registrados em 2020.

O fortalecimento dos laços com a Europa também oferece mecanismos essenciais para melhorar as finanças públicas e a sustentabilidade da dívida da região. A estratégia Global Gateway da UE utiliza uma abordagem de financiamento misto, combinando empréstimos, subvenções e garantias para reduzir o risco dos investimentos e mobilizar capital privado sem sobrecarregar os orçamentos estatais. No domínio do financiamento temático, a aliança já está produzindo resultados relacionados a projetos de transição energética (como o fundo de hidrogênio no Chile). Em termos mais gerais, atrair mais IED europeu pode ajudar a aliviar as restrições fiscais: ao canalizar capital privado para infraestruturas estratégicas — como fontes de energia renováveis e redes digitais — a região pode reduzir o seu déficit de financiamento do desenvolvimento e aliviar o peso da dívida pública, preservando o espaço fiscal limitado para outras prioridades.

Por fim, é fundamental aumentar a eficiência pelo caminho da digitalização. A digitalização dos processos tributários melhora a conformidade, enquanto as tecnologias digitais elevam a qualidade dos serviços públicos, ao possibilitar novos modelos de fornecimento, melhorar a segmentação e reduzir a corrupção.

Alcançar o consenso: superando desafios de implementação

A implementação de reformas estruturais e a prossecução da agenda de desenvolvimento enfrentam desafios políticos e econômicos consideráveis. Um dilema central reside na distribuição de custos e benefícios: os custos das reformas tendem a ser imediatos e concentrados entre grupos devidamente organizados, enquanto os benefícios são difusos e muitas vezes se materializam a longo prazo.

Uma abordagem multifacetada é necessária para enfrentar esses desafios. Em primeiro lugar, o sucesso depende de rigor, comunicação e liderança: as reformas devem estar fundamentadas em um trabalho técnico sólido que quantifique os custos da inação. No entanto, as evidências por si só não são suficientes; elas devem ser defendidas por uma liderança política clara capaz de comunicar a necessidade de mudança para construir um consenso. Em segundo lugar, o gradualismo e a compensação são fundamentais para reduzir a resistência. Os mecanismos de transição podem suavizar os ajustes econômicos e neutralizar a oposição, tornando esquemas de compensação bem elaborados para aqueles afetados negativamente um ingrediente essencial para a viabilidade política.

Por fim, agrupar políticas e instrumentos ajuda a distribuir os custos das reformas e, conseqüentemente, reduzir a oposição. Um exemplo é combinar diferentes instrumentos tributários em vez de concentrar todos os esforços em um só. Outra estratégia é associar as reformas a benefícios visíveis, como combinar um ajuste fiscal com um aumento na qualidade dos serviços públicos.

Em última análise, o sucesso das reformas depende não apenas do planejamento técnico, mas também de uma estratégia política sofisticada capaz de gerenciar essas tensões, compensar aqueles que têm a perder e articular uma visão de longo prazo confiável para a sociedade.

Uma fonte particularmente importante de tensão surgirá no mercado de trabalho. As transições verde e digital, juntamente com os choques comerciais e as políticas industriais, desencadearão uma realocação significativa da mão de obra. Se não for gerido de modo adequado, esse processo poderá aumentar a informalidade, o desemprego e a desigualdade — um problema particularmente grave para os trabalhadores pouco qualificados. No entanto, esses efeitos negativos podem ser mitigados por meio de políticas complementares. Portanto, o fortalecimento da proteção social e a ampliação das PAMT — com foco em treinamento e inclusão — são cruciais para garantir que a revolução tecnológica, a transição verde e a implementação da agenda de crescimento reduzam, em vez de aprofundar, as disparidades sociais existentes.

Por fim, é fundamental enfatizar que a agenda do desenvolvimento sustentável — e do desenvolvimento produtivo em particular — é um empreendimento inerentemente de longo prazo. Ela requer uma perspectiva que transcenda os ciclos eleitorais e priorize a continuidade estratégica. Neste contexto, os planos nacionais de desenvolvimento podem fornecer aos governos uma âncora para proteger a estratégia econômica da volatilidade política de curto prazo. Ao codificar metas e fomentar um amplo consenso social, esses planos podem ajudar a transformar iniciativas governamentais transitórias em políticas estatais duradouras, fornecendo a certeza e a direção necessárias para orientar os investimentos públicos e privados em diferentes administrações. Além disso, o engajamento com o sistema multilateral — por meio da adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e de parcerias com bancos regionais de desenvolvimento — proporciona uma camada externa de continuidade. Ao ancorar as metas nacionais em compromissos internacionais e financiamento de longo prazo, os países podem proteger melhor suas estratégias de desenvolvimento das mudanças políticas internas.

Referências

Allub, L., Álvarez, F., Cont, W., Juncosa, F., Odriozola, J. e Alves, G. (2024). *Renewed Energies: A just energy transition for sustainable development* [Relatório]. CAF. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2250>

Alves, G. (2021). *Medición de los niveles de productividad de las ciudades en América Latina*. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1863>

Azuara, O. e Marinescu, I. (2013). Informality and the expansion of social protection programs: Evidence from Mexico. *Journal of Health Economics*, 32(5), 938–950. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jhealeco.2013.07.004>

Banco Mundial. (2024). *Gross fixed capital formation (% of GDP)* [Banco de dados]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.FTOT.ZS>

Banco Mundial. (2025a). *GDP per capita (constant 2015 US\$)* [Banco de dados].

Banco Mundial. (2025b). *Logistics Performance Index (LPI)*. Disponível em: <https://lpi.worldbank.org/>

Banco Mundial. (2025c). *PPP conversion factor, GDP (LCU per international \$)* [Banco de dados]. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators/Series/PA.NUS.PPP>

Beck, M., Junge, M. e Kaiser, U. (Dezembro de 2017). *Public Funding and Corporate Innovation*. IZA Institute of Labor Economics. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322337616_Public_Funding_and_Corporate_Innovation

Berger, M., Dechezleprêtre, A. e Fadic, M. (12 de novembro de 2024). *What is the role of Government Venture Capital for innovation-driven entrepreneurship?* OECD. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/11/what-is-the-role-of-government-venture-capital-for-innovation-driven-entrepreneurship_47654b78/6430069e-en.pdf

Bergolo, M. e Cruces, G. (2021). The anatomy of behavioral responses to social assistance when informal employment is high. *Journal of Public Economics*, 193, 104313. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2020.104313>

Berniell, L. e de la Mata, D. (2017). *Starting on the right track? first job experience on short and long term labor market outcomes* [Documento de trabalho] CAF. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1134>

Blyde, J. S. (2024). *Barriers or Enablers? Towards Trade-Compatible Technical Measures in Latin America and the Caribbean*. Disponível em: <https://doi.org/10.18235/0013014>

Bosch, M. e Campos-Vazquez, R. M. (2014). The Trade-Offs of Welfare Policies in Labor Markets with Informal Jobs: The Case of the "Seguro Popular" Program in Mexico. *American Economic Journal: Economic Policy*, 6(4), 71–99. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/pol.6.4.71>

Brichetti, J. P., Condor, R., Cont, W., Pitetti, D., Schliesser, R. e Uesu, E. (2025). *Addressing Infrastructure Needs in the Caribbean*. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2478>

Campos-Vázquez. (2013). *Social Protection Programs and Employment: The Case of Mexico's Seguro Popular Program*. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-20452013000200007&script=sci_arttext

CEDLAS e Banco Mundial. (2024). *Socio-Economic Database for Latin America and the Caribbean* [Banco de dados]. Disponível em: https://www.cedlas.econo.unlp.edu.ar/wp/wp-content/uploads/2024_Act1_wages_hours_LAC.xlsx

CEPAL. (2024). *Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Comissão Europeia. (2017). *Effectiveness of tax incentives for venture capital and business angels to foster the investment of SMEs and start-ups* (pp. 1–246) [Relatório]. Disponível em: https://taxation-customs.ec.europa.eu/system/files/2017-06/final_report_2017_taxud_venture-capital_business-angels.pdf

Crespi, G., Figal Garone, L., Maffioli, A. e Stein, E. (2020). *Public support to R&D, productivity, and spillover effects: Firm-level evidence from Chile*. 130. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.104948>

Davis, C. A. e Poole, J. P. (2024). Foreign influence: The international transmission of gender equality. *The World Economy*, 47(4), 1478–1494. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/twec.13484>

de la Mata, D., Berniell, L., Schargrodsky, E., Álvarez, F. e Alves, G. (2022). RED 2022: *Desigualdades heredadas. El rol de las habilidades, el empleo y la riqueza en las oportunidades de las nuevas generaciones*. Caracas: CAF. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1981>

De Lambayeque a Francia: Dando el salto exportador gracias a Exporta Fácil. (2017, December 14). *Más Allá de las Fronteras*. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/integracion-comercio/es/1318/>

Draghi, M. (2025). Part A, *A competitiveness strategy for Europe*. Publications Office. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2872/9356120>

Evanett, S., Jakubik, A., Martin, F. e Ruta, M. (2024). *Data Center—Global Trade Alert*. Disponível em: <https://globaltradealert.org/data-center>

Feenstra, R., Inklaar, R. e Timmer, M. (2015). *The Next Generation of the Penn World Table* [Banco de dados]. American Economic Review. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/related-research>

Figal Garone, L., Maffioli, A., de Negri, J., Rodríguez, C. M. e Vázquez-Baré, G. (2015). Cluster development policy, SME's performance, and spillovers: Evidence from Brazil. *Small Business Economics*, 44, 925–948. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11187-014-9620-2>

FMI. (2025). *World Economic Outlook, April 2025: A Critical Juncture amid Policy Shifts*. Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <https://doi.org/10.5089/9798400289583.081>

Garganta, S. e Gasparini, L. (2015). The impact of a social program on labor informality: The case of AUH in Argentina. *Journal of Development Economics*, 115, 99–110. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2015.02.004>

Gonzalez-Uribe, J. e Leatherbee, M. (2017). The Effects of Business Accelerators on Venture Performance: Evidence from Start-Up Chile. *The Review of Financial Studies*, 31(4), 1566–1603. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/rfs/hhx103>

Hsieh, C.-T. e Klenow, P. J. (2010). Development Accounting. *American Economic Journal: Macroeconomics*, 2(1), 207–223. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/mac.2.1.207>

Inklaar, R., Marapin, R. e Gräler, K. (2023). *GGDC Productivity Level Database 2023 Edition* (Version V3) [Banco de dados]. DataverseNL. Disponível em: <https://doi.org/10.34894/AEAX1F>

Jaumotte, F. e Pain, N. (2 de dezembro de 2005). *Innovation in the Business*. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/innovation-in-the-business-sector_688727757285.html

Katz, R. e Callorda, F. (2024). *Actualización del Observatorio de la Economía Digital de América Latina y el Caribe, año 2023: Informe Final*. CAF.

Kleine, M., Heite, J. e Rosendahl Huber, L. (2022). Subsidized R&D collaboration: The causal effect of innovation vouchers on innovation outcomes. *B.V.*, 51(6), 1–24. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.respol.2022.104515>

Lazzarini, S. G., Musacchio, A., Bandeira-de-Mello, R. e Marcon, R. (Fevereiro de 2015). What Do State-Owned Development Banks Do? Evidence from BNDES, 2002–09. *ELSEVIER*, 66, 237–253.

Maloney, W. F., Cirera, X. e Ferreyra, M. M. (2025). *Recuperar el siglo perdido de crecimiento: Hacia economías de aprendizaje en América Latina y el Caribe*. World Bank Latin American and Caribbean Studies. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/43225d85-4403-4d10-9751-dff02b2d0470>

Müller, C. (2024). *World Robotics 2024 – Industrial Robots* (pp. 1–8) [Resumo Executivo]. IFR Statistical Department. Disponível em: https://ifr.org/img/worldrobotics/Executive_Summary_WR_2024_Industrial_Robots.pdf

Observatorio de Desarrollo Digital. (2025a). *Brecha de conectividad, banda ancha fija, América Latina y el Caribe y regiones mundo* [Banco de dados]. Disponível em: <https://desarrollodigital.cepal.org/es/indicadores?id=429>

Observatorio de Desarrollo Digital. (2025b). *Velocidad de descarga banda ancha fija, países América Latina y el Caribe* [Banco de dados]. Disponível em: <https://desarrollodigital.cepal.org/es/indicadores?id=427>

OCDE. (2021, September 11). *Future-Ready Adult Learning in Latin America*. OCDE. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/future-ready-adult-learning-in-latin-america_18d2f2f1-en.html

OCDE. (2023). *PISA 2022 Results (Volume I)*. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-i_53f23881-en.html

OCDE. (2024). *Comparative tables of Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean*. Disponível em: <https://data-explorer.oecd.org/>.

OCDE. (2025). *Science, Technology and Innovation Scoreboard* [Banco de dados]. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/data/datasets/science-technology-and-innovation-scoreboard.html>

OIT. (2025a). *Employment by education (thousands) (EMP_TEMP_SEX_EDU_NB_A)* [conjunto de dados]. https://rshiny.ilo.org/dataexplorer36/?lang=en&segment=indicator&id=EMP_TEMP_SEX_EDU_NB_A

OIT. (2025b). *Informal employment by education (thousands) (EMP_NIFL_SEX_RT_A)* [Banco de dados]. Disponível em: https://rshiny.ilo.org/dataexplorer63/?lang=en&segment=indicator&id=EMP_NIFL_SEX_EDU_NB_A

OIT. (2025c). *Informal employment rate by establishment size (%) (EMP_NIFL_SEX_EST_RT_A)* [Banco de dados]. Disponível em: https://rshiny.ilo.org/dataexplorer12/?lang=en&segment=indicator&id=EMP_NIFL_SEX_EST_RT_A

OIT. (2025d). *Informal employment rate (EMP_NIFL_SEX_RT_A)* [Banco de dados]. Disponível em: https://rshiny.ilo.org/dataexplorer27/?lang=en&segment=indicator&id=EMP_NIFL_SEX_RT_A

OMPI. (2024). *Global Innovation Index 2024: Unlocking the Promise of Social Entrepreneurship* (1a ed). Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

ONU. (2024). *Revision of World Population Prospects [Dataset]*. Nações Unidas. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>

PNUD. (2025). *Human Development Report 2025*. Disponível em: <https://report.hdr.undp.org>

The Conference Board. (2024). *Total Economy Database* [Banco de dados]. Disponível em: <https://www.conference-board.org/topics/total-economy-database>

The Growth Lab at Harvard University. (2025). *Growth Projections and Complexity Rankings* [Banco de dados]. Harvard Dataverse. Disponível em: <https://doi.org/10.7910/DVN/XTAQMC>

Titelman, D., Hanni, M. e Pérez Benítez, N. (Novembro de 2023). Economic and Fiscal Implications of Climate Change for Vulnerable Countries in Central America and the Caribbean. *Global Development Policy Center*. Disponível em: <https://www.bu.edu/gdp/2023/11/27/economic-and-fiscal-implications-of-climate-change-for-vulnerable-countries-in-central-america-and-the-caribbean/>

Ulyssea, G. (2018). Firms, Informality, and Development: Theory and Evidence from Brazil. *American Economic Review*, 108(8), 2015–2047. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/aer.20141745>

UNCTAD. (2021). *Multinational Enterprises and the International Transmission of Gender Policies and Practices*. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/diaeinf2021d1_en.pdf

UNCTAD. (2025). *UNCTADstat Data Centre* [Banco de dados]. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/>

UNESCO. (2025). *Gross domestic expenditure on R&D (GERD)* [Banco de dados]. Disponível em: https://databrowser.uis.unesco.org/browser/SCIENCE_TECHNOLOGY_INNOVATION/UIS-SDG9Monitoring/t9.5/i9.5.1

União Internacional de Telecomunicações. (2025). *World Telecommunication/ICT Indicators Database* [Banco de dados]. Disponível em: <https://datahub.itu.int/>

Yeyati, E. L., Montané, M., Sartorio, L. e Gauna, A. (2025). What Works for Active Labor Market Policies? A Meta-Analysis of RCT Findings. *Economía LACEA Journal*, 24(1). Disponível em: <https://doi.org/10.31389/eco.450>

A renda média de um habitante da América Latina e do Caribe equivale a apenas 25% da renda de um residente dos Estados Unidos, uma desigualdade que se manteve praticamente inalterada ao longo de mais de seis décadas. Essa persistência tem implicações profundas no bem-estar da população. O presente relatório identifica a baixa produtividade como a causa fundamental dessa diferença de renda, não só por seu efeito direto, mas porque, de maneira indireta, está associada ao baixo investimento em capital físico e humano que caracteriza a região.

Um crescimento econômico transversal e vigoroso é um meio indispensável e uma condição necessária para avançar rumo a um desenvolvimento integral. Nesse contexto, o relatório propõe uma agenda de políticas e reformas estruturada em torno de três eixos centrais do atraso produtivo: a elevada informalidade, a fraca capacidade de inovação e a limitada inserção internacional.

As transformações devem ser implementadas em um cenário global marcado por crescentes tensões geopolíticas, pelo ressurgimento do protecionismo, pela aceleração das transformações tecnológicas e pela urgência de adaptar os sistemas econômicos às mudanças climáticas — fatores que impõem restrições, mas também abrem novas oportunidades. Diante desse quadro, o relatório apresenta um enfoque estratégico que combina políticas horizontais com atenção a setores-chave e destaca o fortalecimento dos vínculos com a União Europeia como uma alavanca fundamental para impulsionar o crescimento, a produtividade e uma inserção internacional mais sofisticada da América Latina e do Caribe.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE



América
Latina e
Caribe

Cada caminho
uma oportunidade

www.caf.com/pt